DIÁRIO OFICIAL

ESTADO DE SANTA CATARINA

ANO XXVIII

Florianópolis, 9 de agosto de 1961

NÚMERO 6.863

GOVERNO DO ESTADO

LEI N. 2.774, DE 8 DE AGOSTO DE 1961

Autoriza a concessão de auxílio

O Governador do Estado de Santa Catarina,
Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembléia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º — Fica o Poder Executivo autorizado a conceder um auxílio de cem mil cruzeiros (Cr\$ 100.000,00) ao Aéreo Clube de Lajes para reconstrução de seu hangar.

Art. 2º — As despesas decorrentes da execução desta lei, correrão pela cotação "Investimentos-Obras-Códigos 4-1-03 e 8872", da Diretoria de Estudos e Planejamentos, da Secretaria de Educação e Cultura, no corrente exercício.

Art. 3º — Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

A Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda assim a faça executar.
Palácio do Governo, em Florianópolis, 8 de agosto de 1961.

CELSO RAMOS

Geraldo Wetzel

Acácio Garibaldi S. Thiago

Jade Saturnino Magalhães

Atilio Fontana

Annes Gualberto

Walmor de Oliveira

Addo Vânio de Aquino Faraco

Publicada a presente lei na Secretaria do Interior e Justiça, aos oito dias do mês de agosto do ano de mil novecentos e sessenta e um.

Gustavo Neves, diretor.

LEI N. 2.775, DE 8 DE AGOSTO DE 1961

Altera dispositivos das leis ns. 2.436, de 24 de outubro de 1960 e 2.613, de 2 de janeiro de 1961

O Governador do Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembléia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º — Ficam assim redigidos os artigos 3º, 18, 19, 28 e 32; da lei n. 2.436 de 24 de outubro de 1960:

"Art. 3º — A comarca de Lajes terá três Varas, com a denominação de 1ª e 2ª Varas Cíveis e Vara Criminal, sendo que as atuais Varas passam a denominar-se 1ª e 2ª Varas Cíveis".

"Art. 18 — Ficam elevadas a 3ª entrância as comarcas de Caçador, Chapecó, Concórdia, Curitiba e Jaraguá do Sul".

"Art. 19 — Ficam elevadas a 2ª entrância as comarcas de Biguaçu, Capinzal, Ibirama, Orleans, Videira e Xanxerê".

"Art. 28 — Ficam criados:

I — Sete cargos de juiz de direito de 4ª entrância;

II — sete cargos de Promotor Público de 4ª entrância;

III — três cargos de Oficial de Justiça, padrão L5, para funcionar junto às Varas ora criadas na Capital e 4 cargos de Oficial de Justiça, padrão I-1, para as Varas criadas nas comarcas do interior".

"Art. 32 — Os Escrivães do Crime, Cível, Orfãos e Anexos das comarcas de Taió, Braço do Norte, Tangará, São Miguel do Oeste; São Lourenço do Oeste e Xaxim; enquanto não for criada a Escrivânia primitiva do Crime, terão direito a gratificação mensal de Cr\$ 10.300,00 (dez mil e trezentos cruzeiros).

Art. 2º — Fica suprimida a letra e e os parágrafos 1º e 2º do artigo 29, da lei n. 2.436, de 24 de outubro de 1960.

Art. 3º — Os artigos 1º e 2º da lei n. 2.613, de 2 de janeiro de 1961, passam a ter a seguinte redação:

Art. 1º — Ficam criadas as seguintes comarcas de 1ª entrância:

I — São Lourenço do Oeste constituída dos municípios de São Lourenço do Oeste e Campo Erê, com sede na cidade de São Lourenço do Oeste.

II — Xaxim, que compreenderá o município de Xaxim e terá sede na cidade do mesmo nome.

"Art. 6º — Ficam criados dois cargos de juiz de 1ª entrância, um cargo de juiz substituto, dois cargos de Promotor Público de 1ª entrância e dois cargos de Oficial de Justiça, padrão I-1".

Art. 4º — Ficam revogados os artigos 16 e 20 da lei n. 2.436, de 24 de outubro de 1960, e demais disposições em contrário.

Art. 5º — As despesas decorrente da presente lei, correrão por conta da verba própria do Poder Judiciário.

Art. 6º — A presente lei entra em vigor na data de sua publicação.

A Secretaria de Estado dos Negócios do Interior e Justiça, assim a faça executar.

Palácio do Governo, em Florianópolis 8 de agosto de 1961.

CELSO RAMOS

Acácio Garibaldi S. Thiago

Geraldo Wetzel

Jade Saturnino Magalhães

Atilio Fontana

Annes Gualberto

Walmor de Oliveira

Addo Vânio de Aquino Faraco

Publicada a presente lei na Secretaria do Interior e Justiça, aos oito dias do mês de agosto do ano de mil novecentos e sessenta e um.

Gustavo Neves, diretor.

LEI N. 2.776, DE 8 DE AGOSTO DE 1961

Anula dotação orçamentária e autoriza abrir crédito suplementar

O Governador do Estado de Santa Catarina,
Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembléia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º — Ficam anuladas nas dotações, abaixo relacionadas, do orçamento vigente referentes à Secretaria da Agricultura, as seguintes quantias:

04 — DIRETORIA DA PRODUÇÃO ANIMAL

1-3-04 —	Cr\$ 180.000,00
1-3-11 —	Cr\$ 500.000,00
3-1-03 — item B	Cr\$ 500.000,00
3-1-03 — item F	Cr\$ 1.000.000,00
3-1-03 — item L	Cr\$ 1.480.000,00
1-4-10 —	Cr\$ 50.000,00

08 — DIRETORIA DE SERVIÇOS ESPECIAIS

1-3-04 —	Cr\$ 200.000,00
1-3-05 —	Cr\$ 700.000,00
1-4-03 —	Cr\$ 300.000,00
1-5-13 —	Cr\$ 150.000,00
3-1-03 —	Cr\$ 1.000.000,00

02 — DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

2-1-01 — item C	Cr\$ 230.000,00
3-1-07 — item 12	Cr\$ 1.000.000,00
3-1-07 — item 16	Cr\$ 500.000,00

06 — DIRETORIA DE PRODUÇÃO VEGETAL

1-3-11 —	Cr\$ 240.000,00
1-4-03 —	Cr\$ 570.000,00

07 — SERVIÇO DE DEFESA SANITARIA VEGETAL

3-1-05 — item A	Cr\$ 400.000,00
-----------------------	-----------------

Art. 2º — Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, por conta dos recursos a que se refere o artigo anterior, o crédito de nove milhões de cruzeiros (Cr\$ 9.000.000,00), suplementar a verba 3-1-07 — item A, da Secretaria da Agricultura.

Art. 3º — Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

A Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda, assim a faça executar.
Palácio do Governo, em Florianópolis, 8 de agosto de 1961.

CELSO RAMOS

Geraldo Wetzel

Atilio Fontana

Acácio Garibaldi S. Thiago

Jade Saturnino Magalhães

Annes Gualberto

Walmor de Oliveira

Addo Vânio de Aquino Faraco

Publicada a presente lei na Secretaria do Interior e Justiça, aos oito dias do mês de agosto do ano de mil novecentos e sessenta e um.

Gustavo Neves, diretor.

LEI N. 2.777, DE 8 DE AGOSTO DE 1961

Declara de utilidade pública o Instituto Dom Pedro II

O Governador do Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembléia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º — Fica considerada de utilidade pública o Instituto Dom Pedro II, com sede e fóro na cidade e Florianópolis, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º — Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

A Secretaria de Estado dos Negócios do Interior e Justiça assim a faça executar.

Palácio do Governo, em Florianópolis 8 de agosto de 1961.

CELSO RAMOS

Acácio Garibaldi S. Thiago

Geraldo Wetzel

Jade Saturnino Magalhães

Atilio Fontana

Annes Gualberto

Walmor de Oliveira

Addo Vânio de Aquino Faraco

Publicada a presente lei na Secretaria do Interior e Justiça, aos oito dias do mês de agosto do ano de mil novecentos e sessenta e um.

Gustavo Neves, diretor.

As assinaturas do "DIÁRIO OFICIAL" poderão ser tomadas em qualquer época, sempre pelo prazo de um ano, observada a seguinte tabela:

Particulares	Cr\$ 600,00
Funcionários	Cr\$ 500,00

Para facilitar aos senhores assinantes, vai impressa junto ao endereço a data do término da assinatura, que será suspensa tão logo esteja vencida.

Pede-se o obséquio de renová-la com antecedência de 30 dias.

IMPrensa OFICIAL DO ESTADO

DIÁRIO OFICIAL

ORIVALDO LISBÔA — Diretor
WALDYR GRISARD — Subdiretor

Rua Jerônimo Coelho n. 15 — Caixa Postal n. 138
Telefones: Diretor — 3079 — Portaria — 2688

Serão aceitos para publicação somente originais dactilografados de um só lado do papel e autenticados,

ressalvadas, por quem de direito, as emendas e rasuras que nos mesmos se verificarem.

A comunicação do preço é feita por telegrama, sendo os originais encaminhados à publicação somente depois de haver a Tesouraria recebido a importância relativa.

As reclamações pertinentes à matéria retribuída, em casos de erros ou omissões, deverão ser formuladas por escrito, à Secção de Redacção, no máximo, até cinco dias depois da saída do jornal.

As Repartições Públicas deverão providenciar que a matéria destinada à publicação seja entregue com um dia de antecedência.

LEI N. 2.778, DE 8 DE AGOSTO DE 1961

Isenta do pagamento do Imposto de Transmissão Inter-Vivos, a Associação Rural de Timbó

O Governador do Estado de Santa Catarina, Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembléa Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º — Fica isenta de pagamento do Imposto de Transmissão inter-vivos, a Associação Rural de Timbó, na compra de um terreno, sito no lugar Pomeramos, com a área aproximada de 146.000 m². (cento e quarenta e seis mil metros quadrados) confrontando na frente com terras dos outorgantes vendedores e Erwin Haake, nos fundos com terras de Curt Lack e Gustav Klug entre ditas de Alvin Klitzke, Gerhard Schwartz de um lado e do outro com a propriedade de Augusto Gessner, Curt Lach e uma estrada aberta, tudo conforme planta elaborada em 10 de setembro de 1960.

Art. 2º — Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

A Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda assim a faça executar. Palácio do Governo, em Florianópolis, 8 de agosto de 1961.

CELSO RAMOS
Geraldo Wetzel
Acácio Garibaldi S. Thiago
Jade Saturnino Magalhães
Atilio Fontana
Annes Gualberto
Walmor de Oliveira
Addo Vânio de Aquino Faraco

Publicada a presente lei na Secretaria do Interior e Justiça, aos oito dias do mês de agosto do ano de mil novecentos e sessenta e um.

Gustavo Neves, diretor.

LEI N. 2.779, DE 8 DE AGOSTO DE 1961

Autoriza a anulação de verba e abre crédito especial

O Governador do Estado de Santa Catarina, Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembléa Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º — Fica o Poder Executivo autorizado a anular, na dotação da verba 2.1-01, item b, do vigente orçamento, consignada à Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda, a importância de trezentos mil cruzeiros (Cr\$ 300.000,00).

Art. 2º — Por conta do recurso resultante da anulação a que se refere o artigo anterior, fica o Poder Executivo autorizado a abrir o crédito especial de trezentos mil cruzeiros (Cr\$ 300.000,00), destinado à Associação Catarinense de Medicina para atender às despesas do III Congresso da Associação Catarinense de Medicina a realizar-se nesta Capital.

Art. 3º — Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

A Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda assim a faça executar. Palácio do Governo, em Florianópolis, 8 de agosto de 1961.

CELSO RAMOS
Geraldo Wetzel
Acácio Garibaldi S. Thiago
Jade Saturnino Magalhães
Atilio Fontana
Annes Gualberto
Walmor de Oliveira
Addo Vânio de Aquino Faraco

Publicada a presente lei na Secretaria do Interior e Justiça, aos oito dias do mês de agosto do ano de mil novecentos e sessenta e um.

Gustavo Neves, diretor.

LEI N. 2.780, DE 8 DE AGOSTO DE 1961

Declara de utilidade pública a Associação Beneficente de Santa Catarina

O Governador do Estado de Santa Catarina, Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembléa Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º — É declarada de utilidade pública a Associação Beneficente de Santa Catarina.

Art. 2º — Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

A Secretaria de Estado dos Negócios do Interior e Justiça assim a faça executar.

Palácio do Governo, em Florianópolis, 8 de agosto de 1961.

CELSO RAMOS
Acácio Garibaldi S. Thiago
Geraldo Wetzel
Jade Saturnino Magalhães
Atilio Fontana
Annes Gualberto
Walmor de Oliveira
Addo Vânio de Aquino Faraco

Publicada a presente lei na Secretaria do Interior e Justiça, aos oito dias do mês de agosto do ano de mil novecentos e sessenta e um.

Gustavo Neves, diretor.

LEI N. 2.790, DE 8 DE AGOSTO DE 1961

Autoriza a concessão de auxílio para construção de arquibancada no Estádio Municipal de Lajes

O Governador do Estado de Santa Catarina, Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembléa Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º — Fica o Poder Executivo autorizado a conceder, no corrente exercício, um auxílio de quinhentos mil cruzeiros para a construção de arquibancadas no Estádio Municipal de Lajes.

Art. 2º — O auxílio de que trata esta lei, será entregue à Prefeitura Municipal de Lajes, com destinação específica, não podendo ser utilizado para outro fim.

Art. 3º — As despesas decorrentes da execução desta lei, correrão pela dotação "Investimentos-Obras-Códigos 4-1-03 e 8872", da Diretoria de Estudos e Planejamentos da Secretaria de Educação e Cultura.

Art. 4º — Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

A Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda assim a faça executar. Palácio do Governo, em Florianópolis, 8 de agosto de 1961.

CELSO RAMOS
Geraldo Wetzel
Acácio Garibaldi S. Thiago
Jade Saturnino Magalhães
Atilio Fontana
Annes Gualberto
Walmor de Oliveira
Addo Vânio de Aquino Faraco

Publicada a presente lei na Secretaria do Interior e Justiça, aos oito dias do mês de agosto do ano de mil novecentos e sessenta e um.

Gustavo Neves, diretor.

LEI N. 2.783, DE 8 DE AGOSTO DE 1961

Autoriza o Chefe do Poder Executivo a adquirir veículos para os fins que menciona e dá outras providências

O Governador do Estado de Santa Catarina, Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembléa Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º — Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a adquirir veículos, para revenda aos servidores de órgãos ou serviços de inspeção e fiscalização do Estado.

Parágrafo único — Os veículos referidos neste artigo serão de tipo apropriado à livre movimentação dos servidores, no exercício dos cargos respectivos.

Art. 2º — Os veículos serão adquiridos à conta de dotações orçamentárias específicas e revendidos mediante assinatura de contrato e compra e venda, atendidas, entre outras, as seguintes condições:

a) O preço da revenda será igual ao do custo do veículo;
b) o prazo de pagamento não será superior a cinco anos;
c) a revenda será feita com a cláusula de reserva de domínio, atendidas as demais cautelas de contrato do gênero;
d) o servidor assumirá integral responsabilidade de conservação e manutenção do veículo, obrigando-se a usá-lo no serviço decorrente da sua função.

Art. 3º — O contrato e revenda poderá prever o desconto em folha de pagamento do servidor.

Art. 4º — O Chefe do Poder Executivo, poderá estender os benefícios desta lei a servidores de outras categorias inclusive aos membros e servidores dos demais poderes do Estado.

Art. 5º — O Chefe do Poder Executivo regulamentará a presente lei, no prazo de trinta dias da data de sua publicação.

Art. 6º — Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

A Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda assim a faça executar. Palácio do Governo, em Florianópolis, 8 de agosto de 1961.

CELSO RAMOS
Geraldo Wetzel
Acácio Garibaldi S. Thiago
Jade Saturnino Magalhães
Atilio Fontana
Annes Gualberto
Walmor de Oliveira
Addo Vânio de Aquino Faraco

Publicada a presente lei na Secretaria do Interior e Justiça, aos oito dias do mês de agosto do ano de mil novecentos e sessenta e um.

Gustavo Neves, diretor.

LEI N. 2791, DE 8 DE AGOSTO DE 1961

Estabelece normas para a percepção e distribuição de percentagens

O Governador do Estado de Santa Catarina, Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembléa Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º — Ficam incluídas, para efeitos de distribuição de percentagens, de que tratam os artigos 18, da lei n. 1.733, de 9 de outubro de 1957, 3º; da lei n. 2.042, de 2 de julho de 1959 e 4, da lei n. 2.612, de 27 de dezembro de 1960; as notificações referentes aos tributos cujos adicionais forem estabelecidos pelo artigo 19, da lei n. 1.632, de 20 de dezembro de 1956.

Parágrafo único — As vantagens atribuídas pelo presente artigo atingem, exclusivamente os funcionários do Serviço de Fiscalização da Fazenda.

Art. 2º — Ficam extensivas aos funcionários do Serviço de Fiscalização da Fazenda, na parte referente às percentagens que já lhe estão atribuídas em lei, as disposições contidas no parágrafo segundo, do artigo 3º, da lei n. 1.750, de 29 de outubro de 1957.

Art. 3º — Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

A Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda assim a faça executar. Palácio do Governo, em Florianópolis, 8 de agosto de 1961.

CELSO RAMOS
Geraldo Wetzel
Acácio Garibaldi S. Thiago
Jade Saturnino Magalhães
Atílio Fontana
Annes Gualberto
Walmor de Oliveira

Publicada a presente lei na Secretaria do Interior e Justiça, aos oito dias do mês de agosto do ano de mil novecentos e sessenta e um.

Gustavo Neves, diretor.

ACTOS DO PODER EXECUTIVO

DECRETO N. SF—08-08-61/295

Abre crédito suplementar

O Governador do Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e na conformidade da autorização que lhe confere o art. 5º, da lei n. 2.534, de 28 de novembro de 1960,

D E C R E T A:

Art. 1º — Fica aberto, por conta do excesso da arrecadação do corrente exercício, ao Governo do Estado, o crédito de seis milhões e oitocentos mil cruzeiros (Cr\$ 6.800.000,00), suplementar às seguintes verbas do orçamento vigente:

01 — PALÁCIO DO GOVERNO

Verba 1-3-02	Cr\$ 150.000,00
Verba 1-3-04	Cr\$ 300.000,00
Verba 1-3-05	Cr\$ 300.000,00
Verba 1-3-13	Cr\$ 120.000,00
Verba 1-4-08	Cr\$ 100.000,00
Verba 1-5-02	Cr\$ 1.000.000,00
Verba 1-5-04	Cr\$ 30.000,00
Verba 1-5-06	Cr\$ 150.000,00
Verba 1-5-07	Cr\$ 600.000,00
Verba 1-5-11	Cr\$ 300.000,00
Verba 1-6-01	Cr\$ 100.000,00
Verba 1-6-03	Cr\$ 800.000,00
Verba 1-6-08 item a	Cr\$ 350.000,00
Verba 1-6-09 item a	Cr\$ 500.000,00
Verba 1-6-12 item a	Cr\$ 1.000.000,00
Verba 1-6-14	Cr\$ 1.000.000,00

Art. 2º — Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo, em Florianópolis, 8 de agosto de 1961.

CELSO RAMOS
Geraldo Wetzel

DECRETO N. SF—08-08-61/296

Abre crédito especial

O Governador do Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições e na conformidade da autorização que lhe confere o art. 3º, a lei n. 643, de 19 de janeiro de 1961, promulgada pela Assembléa Legislativa,

D E C R E T A:

Art. 1º — Fica aberto, por conta do excesso da arrecadação do corrente exercício, o crédito especial de dois milhões de cruzeiros (Cr\$ 2.000.000,00), para pagamento da 3ª prestação dos terrenos e acrescidos de Marinha, adquiridos pelo Estado da Prefeitura Municipal de Florianópolis, situados no local denominado "Atérra da Prahna", de conformidade com o disposto na cláusula II, do contrato aprovado pelo decreto n. SF—07-07-61/187.

Art. 2º — Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo, em Florianópolis, 8 de agosto de 1961.

CELSO RAMOS
Geraldo Wetzel

DECRETO N. SF—08-08-61/297

Abre crédito suplementar

O Governador do Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e na conformidade da autorização que lhe confere o art. 5º, da lei n. 2.534 de 28 de novembro de 1960,

D E C R E T A:

Art. 1º — Fica aberto, por conta do excesso da arrecadação do corrente

exercício, à Secretaria de Estado dos Negócios da Saúde e Assistência Social, o crédito de quatro milhões, oitocentos e oitenta e seis mil, duzentos e sessenta e seis cruzeiros e noventa centavos (Cr\$ 4.886.266,90), suplementar às seguintes verbas do orçamento vigente:

03 — DEPARTAMENTO DE SAÚDE PÚBLICA

01 — DIRETORIA

Verba 1-5-13	Cr\$ 200.000,00
Verba 2-6-01	Cr\$ 206.266,90

03 — MATERNIDADES

Verba 1-6-12 item a	Cr\$ 2.000.000,00
---------------------	-------------------

04 — HOSPITAL NEREU RAMOS

Verba 1-3-04	Cr\$ 100.000,00
Verba 1-3-11	Cr\$ 1.000.000,00
Verba 1-6-01	Cr\$ 60.000,00

05 — HOSPITAL COLÔNIA SANT'ANA

Verba 1-3-02	Cr\$ 40.000,00
Verba 1-3-03	Cr\$ 100.000,00
Verba 1-3-04	Cr\$ 100.000,00
Verba 1-3-05	Cr\$ 100.000,00
Verba 1-3-11	Cr\$ 500.000,00
Verba 1-3-13	Cr\$ 300.000,00
Verba 1-5-06	Cr\$ 20.000,00
Verba 1-6-01	Cr\$ 10.000,00
Verba 1-6-10	Cr\$ 30.000,00

06 — HOSPITAL COLÔNIA SANTA TERESA

Verba 1-3-04	Cr\$ 10.000,00
Verba 1-3-13	Cr\$ 100.000,00
Verba 1-5-06	Cr\$ 10.000,00

Art. 2º — Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo, em Florianópolis, 8 de agosto de 1961.

CELSO RAMOS
Geraldo Wetzel

DECRETO N. SF—38-08-61/298

Abre crédito suplementar

O Governador do Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e na conformidade da autorização que lhe confere o art. 5º, da lei n. 2.534, de 28 de novembro de 1960,

D E C R E T A:

Art. 1º — Fica aberto, por conta do excesso da arrecadação do corrente exercício, à Secretaria de Estado dos Negócios do Trabalho, o crédito de um milhão, seiscientos e vinte e dois mil, trezentos e vinte e três cruzeiros (Cr\$ 1.622.323,00), suplementar às seguintes verbas do orçamento vigente:

01 — GABINETE DO SECRETARIO

Verba 1-3-04	Cr\$ 80.000,00
Verba 1-3-05	Cr\$ 50.000,00
Verba 1-6-14	Cr\$ 120.000,00

02 — DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

Verba 1-3-04	Cr\$ 20.000,00
Verba 1-5-07	Cr\$ 4.000,00
Verba 1-5-11	Cr\$ 18.349,20
Verba 1-5-12	Cr\$ 44.000,00

03 — DIRETORIA SINDICAL

Verba 2-1-01 item a	Cr\$ 1.212.669,60
Verba 2-1-01 item b	Cr\$ 73.304,20

Art. 2º — Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo, em Florianópolis, 8 de agosto de 1961.

CELSO RAMOS
Geraldo Wetzel

DECRETO N. SF—08-08-61/299

Abre crédito suplementar

O Governador do Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e na conformidade da autorização que lhe confere o art. 5º, da lei n. 2.534, de 28 de novembro de 1960,

D E C R E T A:

Art. 1º — Fica aberto, por conta do excesso da arrecadação do corrente exercício, ao Ministério Público, o crédito de cento e setenta e seis mil, trezentos e dezenove cruzeiros (Cr\$ 176.319,00), suplementar às seguintes verbas do orçamento vigente:

05 — MINISTERIO PUBLICO

Verba 1-5-02	Cr\$ 171.319,00
Verba 1-5-03	Cr\$ 5.000,00

Art. 2º — Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo, em Florianópolis, 8 de agosto de 1961.

CELSO RAMOS
Geraldo Wetzel

DECRETO N. SF-08-08-61/300

Abre crédito suplementar

O Governador do Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e na conformidade da autorização que lhe confere o art. 5º, da lei n. 2.534, de 28 de novembro de 1960,

DECRETA:

Art. 1º — Fica aberto, por conta do excesso da arrecadação do corrente exercício, no Departamento Estadual de Geografia e Cartografia, o crédito de duzentos e quinze mil cruzeiros (Cr\$ 215.000,00), suplementar às seguintes verbas do orçamento vigente:

04 — DEPARTAMENTO ESTADUAL DE GEOGRAFIA E CARTOGRAFIA		
Verba 1-3-02	Cr\$	20.000,00
Verba 1-3-03	Cr\$	5.000,00
Verba 1-3-05	Cr\$	30.000,00
Verba 1-3-13	Cr\$	22.000,00
Verba 1-4-11	Cr\$	20.000,00
Verba 1-5-06	Cr\$	20.000,00
Verba 1-5-12	Cr\$	48.000,00
Verba 1-6-01	Cr\$	10.000,00
Verba 1-6-08 item a	Cr\$	20.000,00
Verba 1-6-13	Cr\$	20.000,00

Art. 2º — Este decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo, em Florianópolis, 8 de agosto de 1961.

CELSO RAMOS
Geraldo Wetzel

DECRETO N. SF-08-08-61/301

Abre crédito suplementar

O Governador do Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e na conformidade da autorização que lhe confere o art. 5º, da lei n. 2.534, de 28 de novembro de 1960,

DECRETA:

Art. 1º — Fica aberto, por conta do excesso da arrecadação do corrente exercício, ao Departamento Estadual de Estatística, o crédito de cento e cinco mil cruzeiros (Cr\$ 105.000,00), suplementar às seguintes verbas do orçamento vigente:

03 — DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTATÍSTICA		
Verba 1-3-02	Cr\$	50.000,00
Verba 1-3-03	Cr\$	10.000,00
Verba 1-3-13	Cr\$	10.000,00
Verba 1-5-11	Cr\$	20.000,00
Verba 1-6-01	Cr\$	15.000,00

Art. 2º — Este decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo, em Florianópolis, 8 de agosto de 1961.

CELSO RAMOS
Geraldo Wetzel

Decreto de 7 de julho de 1961

O GOVERNADOR RESOLVE

Nomear:

De acordo com o artigo 30, parágrafo único, da lei n. 733, de 3 de setembro de 1952:

Vivaldo Zimmermann para exercer o cargo de Adjunto de Promotor Público, da comarca de Palmitos.

Decreto de 27 de julho de 1961

O GOVERNADOR RESOLVE

Religiar:

O decreto datado de 1º de fevereiro do corrente ano, que pôs à disposição da Chefia da Casa Civil do Palácio do Governo, Aroni Natividade da Costa, na parte referente ao cargo, que deveria ser Técnico Fazendário, padrão I-20, do Quadro do Poder Executivo, e ao exercício que será sem prejuízo dos direitos e vantagens que por lei lhe forem atribuídos.

Portaria de 7 de julho de 1961

O GOVERNADOR RESOLVE

Designar:

Henrique Pinto Loja, ocupante interino do cargo da classe A-27 da carreira de Engenheiro, do Quadro do Poder Executivo, lotado na Diretoria de Obras Públicas, para exercer a função gratificada de Chefe de Setor, nível 9-FG (Residência de Criciúma).

Portaria de 17 de julho de 1961

O GOVERNADOR RESOLVE

Designar:

Maria Adelaide Jaques, ocupante do cargo da classe C-7 da carreira de Auxiliar de Serviço, do Quadro do Poder Executivo, com exercício na Diretoria de Obras Públicas, para exercer, em substituição, a função gratificada de Chefe do Serviço Pessoal, 10-FG, enquanto durar o afastamento da respectiva titular.

Portaria de 26 de julho de 1961

O GOVERNADOR RESOLVE

Conceder licença-prêmio:

De acordo com o art. 123, da lei n. 2.293, de 27 de fevereiro de 1960:

A Wilson Araújo Góss, ocupante do cargo de Diretor de Grupo Escolar, padrão MM-11, do Quadro Especial do Magistério, com exercício no Grupo Escolar "Lucas Bez Betti", de Santana, no município de Urussanga, de seis (6) meses, correspondente ao decênio compreendido entre 1º de março de 1948 e 1º de março de 1958.

Portaria de 29 de julho de 1961

O GOVERNADOR RESOLVE

Prorrogar:

De acordo com o § 1º, do art. 36, da lei n. 198, de 18 de dezembro de 1954:

Por mais trinta (30) dias, o prazo para a posse de Luiz Carlos de Sou-

za, no cargo de Professor, da Penitenciária do Estado.

Portarias de 31 de julho de 1961

O GOVERNADOR RESOLVE

Pôr à disposição:

Do Tesouro do Estado, Marina da Rosa Barreto, ocupante do cargo da classe A-5 da carreira de Auxiliar de Serviço, do Quadro do Poder Executivo, lotada na Diretoria de Administração da Secretaria da Educação e Cultura.

Conceder licença:

De acordo com o disposto no art. 119, n. IV, combinado com o art. 139, da lei n. 198, de 18 de dezembro de 1954:

De quatro (4) meses, a Ida Lídia Araújo Ruiz, Datilógrafo I, lotado no Departamento Estadual de Estatística, a partir de 23 de julho do corrente ano.

Portarias de 3 de agosto de 1961

O GOVERNADOR RESOLVE

Conceder licença, em prorrogação:

De acordo com o art. 137, da lei

n. 198, de 18 de dezembro de 1954:

A Emídio Pamplona, ocupante do cargo de Mestre Especializado, classe C-8, lotado na Diretoria de Obras Públicas, de sessenta (60) dias, a contar de 4 de julho do corrente ano, tendo em vista o termo de inspeção médica a que foi submetido.

Pôr à disposição:

De acordo com o art. 2º, parágrafos 1º e 2º, da lei n. 1.733, de 9 outubro de 1957, combinado com o art. 3º, § 1º, do decreto n. SF-30-05-61/120:

Da Diretoria do Serviço de Fiscalização da Fazenda, Nilson Aquiles Miranda Santos, ocupante do cargo da classe A-12 da carreira de Fiscal da Fazenda, do Quadro do Poder Executivo.

Licenciar "ex-officio", em prorrogação:

De acordo com os arts. 124 e 131, da lei n. 198, de 18 de dezembro de 1954

Por mais cento e oitenta (180) dias, com vencimentos integrais, e a contar de 22 de junho do corrente ano, a Nicolau Manoel Germano, Feitor, referência VI da Penitenciária do Estado.

DEPARTAMENTOS AUTÔNOMOS

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTATÍSTICA

Portaria de 31 de julho de 1961

O DIRETOR GERAL RESOLVE

Dispensar:

De acordo com o art. IX, da lei n. 2.172, de 23 de novembro de 1959:

Assuely Vieira na função de Perfurador-Conferidor, deste Departamento por ter sido admitida para outra função.

Admitir:

De acordo com o art. IX, da lei n. 2.172, de 23 de novembro de 1959:

Assuely Vieira na função de Auxiliar de Escritório, referência I, da tabela numérica de mensalista do

Departamento Estadual de Estatística.

Portarias de 7 de agosto de 1961

O DIRETOR GERAL RESOLVE,

Dispensar:

De acordo com o art. IX, da lei n. 2.172, de 23 de novembro de 1959:

Dulcemar Goulart, da função de Datilógrafo ref. III, deste Departamento, para ser admitida noutra função.

Admitir:

De acordo com o art. IX, da lei n. 2.172, de 23 de novembro de 1959:

Dulcemar Goulart, na função de Datilógrafo, ref. IV, da tabela numérica de Mensalista do Departamento Estadual de Estatística.

SECRETARIAS DE ESTADO

FAZENDA

SERVIÇO DE FISCALIZAÇÃO DA FAZENDA

Edital

De conformidade com o art. 100, item III, do decreto n. 585-A-58, cientificamos ao contribuinte Ashak Muse Rudwau, que esteve estabelecido em Urussanga, encerrando suas atividades comerciais abruptamente e recolhendo-se a lugar incerto e ignorado, que existe na Coletoria de Urussanga a notificação n. 35.780, série E, emitida pelo Fiscal da Fazenda, sr. Mário Vitória Gottardi, na ocasião em que entregara seus livros fiscais para efeito de baixa. Adiantamos, também, que findo o prazo regulamentar, será transformado em processo auto de infração automático e a cobrança se processará à revelia do autuado.

Sub-Diretoria Técnica, do Serviço

de Fiscalização da Fazenda, em 2 de agosto de 1961.

Oswaldo Silveira, sub-diretor.
(3-3) (16851)

EDITAL

De ordem do senhor diretor do Serviço de Fiscalização da Fazenda, oferecemos oportunidade a contribuinte Alcina Rocha, residente em Barreiros, inscrito sob n. 207, para conhecer da notificação n. 39.021 Série E, emitida por falta de pagamento do IVC, e expedida em 8 de abril de 1960, ocasião em que requereu baixa de seu estabelecimento comercial, razão por que teve seu endereço desconhecido. Findo o prazo regulamentar de 15 dias, o processo tomará caráter de Auto de Infração automaticamente.

Sub-Diretoria Técnica, em 3 de agosto de 1961.

Oswaldo Silveira, Sub-diretor.

**COMISSÃO CENTRAL DE
COMPRAS**

Edital de concorrência pública n. 10

A Comissão Central de Compras, instituída pelo decreto n. SF-26-05-61/113, pelo presente, torna público que fará realizar, no dia 4 de setembro p. vindouro, às 10 horas, na sede do Serviço de Fiscalização da Fazenda, concorrência pública nas condições abaixo:

I — Objeto da concorrência

A Concorrência de que trata o presente edital destina-se a aquisição do seguinte material para o Serviço Público Estadual:

- 2 (duas) máquinas de escrever, 120 espaços, tipos paica.
- 2 (duas) máquinas de escrever, com 100 espaços, tipos paica.
- 3 (três) máquinas de costura.
- 1 (uma) enceradeira elétrica.

II — Estipulações

Os interessados deverão apresentar:

- 1 — Propostas, devidamente seladas, em envelopes fechados e lacrados, contendo:
 - a) Especificação do nome e endereço da firma;
 - b) designação da mercadoria que se propõe fornecer;
 - c) preço unitário e global, com a especificação se estão incluídas ou não despesas como impostos ou seguros, etc.;
 - d) condições de entrega;
 - e) declaração de conhecimento e submissão às normas deste edital;
 - f) na parte externa dos envelopes deverão conter os seguintes dizeres: Concorrência Pública para aquisição de material destinado ao Serviço Público Estadual.

2 — Em envelope separado, os documentos comprobatórios de identidade e de idoneidade, devendo este último ser fornecido por um Banco ou por duas firmas comprovadamente idôneas.

Além das provas de identidade e de idoneidade deverão ser juntados ainda:

- a) Prova de quitação com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal;
- b) prova de que está registrado em Junta Comercial, especificando o capital registrado.

Os documentos acima poderão ser substituídos pelo registro de firma na Comissão Central de Compras, de que trata a resolução de 8 de julho de 1961, publicada no "Diário Oficial", de 11 do referido mês.

3 — As propostas deverão ser apresentadas com a rubrica dos proponentes em todas as páginas e com a prova do pagamento do Imposto do Selo Estadual — Cr\$ 2,00 por folha.

4 — As propostas, deverão ser entregues no Serviço de Fiscalização da Fazenda, Edifício das Secretarias, sito à rua Tenente Silveira, nesta Capital, até às 9 horas do dia 4 de setembro do corrente ano, mediante recibo em que se mencionará data e hora do recebimento, assinado por um dos membros da Comissão.

5 — As propostas serão examinadas às 10 horas do dia 4 de setembro p. vindouro, pela Comissão Central de Compras, instituída pelo decreto n. SF-26-05-61/113, publicado no "Diário Oficial", de 30 de maio do corrente ano e na presença dos proponentes, ou seus representantes legais.

Será declarado vencedor o proponente que oferecer:

- a) Menor preço;
- b) melhores condições de entrega;
- c) em igualdade de condições, será dado preferência às firmas estabelecidas no Estado;
- d) caso haja absoluta igualdade

de proposta será feito sorteio para decidir o vencedor.

6 — Abertas as propostas e antecedendo ao julgamento da concorrência, cada um dos interessados tem o direito de apor, a sua rubrica nas folhas da proposta dos demais concorrentes.

7 — Deverão ser observadas todas as condições estabelecidas neste edital, bem como as demais exigências previstas no decreto-lei n. 96-A, de 23 de abril de 1938.

8 — A concorrência poderá ser anulada desde que tenha sido preterida formalidade expressamente exigida pelo referido decreto-lei, e a omissão importe em prejuízo aos concorrentes ou ao Estado, ou à moralidade da concorrência.

9 — A Comissão reserva-se o direito de anular a concorrência desde que, as propostas apresentadas não correspondam ao interesse do Estado.

Florianópolis, 4 de agosto de 1961.

Henrique Arrada Ramos, presidente.

Rubens Victor Silva, membro.

Alfredo Russi, membro.

(3-1)

Edital de concorrência pública n. 9

A Comissão Central de Compras, instituída pelo decreto n. SF-26-05-61-113, pelo presente, torna público que fará realizar, no dia 28 de agosto vindouro, às 10:00 horas, na sede do Serviço de Fiscalização da Fazenda, concorrência pública nas condições abaixo especificadas:

I — Objeto da concorrência

A concorrência de que trata o presente edital destina-se a aquisição do seguinte material para o Serviço Público Estadual:

- 1 (um) mimeógrafo.
- 3 (três) bureaus com 7 gavetas (DASP).
- 1 (uma) máquina de escrever com 290 espaços mais ou menos, tipo elite.

1 (uma máquina de escrever com 165 espaços mais ou menos, tipo elite.

1 (uma máquina de escrever com 165 espaços mais ou menos, tipo paica.

2 (duas) máquinas de escrever com 120 espaços mais ou menos, tipo elite.

2 (duas) máquinas de escrever com 120 espaços mais ou menos, tipo paica.

1 (uma) máquina de calcular elétrica.

II — Estipulações

Os interessados deverão apresentar:

- 1 — Proposta, devidamente selada, em envelopes fechados e lacrados contendo:
 - a) Especificação do nome e endereço da firma;
 - b) designação da mercadoria que se propõe fornecer;
 - c) preço unitário e global, com a especificação se estão incluídas ou não despesas como impostos ou seguros, etc.;
 - d) condições de entrega;
 - e) declaração de conhecimento e submissão às normas deste edital;
 - f) na parte externa dos envelopes deverão conter os seguintes dizeres: Concorrência Pública para aquisição de material destinado ao Serviço Público Estadual.

2 — Em envelopes separado, os documentos comprobatórios de identidade e de idoneidade, devendo este último ser fornecido por um Banco ou por duas firmas comprovadamente idôneas.

Além das provas de identidade e de idoneidade deverão ser juntados ainda:

a) prova de quitação com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal;

b) prova de que está registrado em Junta Comercial, especificando o capital registrado

3 — As propostas deverão ser apresentadas com a rubrica dos proponentes em todas as páginas e com a prova do pagamento do Imposto do Selo Estadual — Cr\$ 2,00 por folha.

4 — As propostas, deverão ser entregues no Serviço de Fiscalização da Fazenda, Edifício das Secretarias, sito à rua Tenente Silveira, nesta Capital, até às 9:00 horas do dia 28 de agosto do corrente ano, mediante recibo em que se mencionará data e hora do recebimento, assinado por um dos membros da Comissão.

5 — As propostas serão examinadas às 10:00 do dia 16 de agosto p. vindouro, pela Comissão Central de Compras, instituída pelo decreto, SF-26-05-61/113, publicado no Órgão Oficial de 30 de maio do corrente ano e na presença dos proponentes ou seus representantes legais.

Será declarado vencedor o proponente que oferecer:

- a) menor preço;
- b) melhores condições de entrega;
- c) em igualdade de condições, será dado preferência às firmas estabelecidas no Estado;
- d) caso haja absoluta igualdade de proposta será feito sorteio para decidir o vencedor.

6 — Abertas as propostas e antecedendo ao julgamento da concorrência, cada um dos interessados tem o direito de apor, a sua rubrica nas folhas da proposta dos demais concorrentes.

7 — Deverão ser observadas todas as condições estabelecidas neste edital, bem como as demais exigências previstas no Decreto-lei n. 96-A, de 23 de abril de 1938.

8 — A concorrência poderá ser anulada desde que tenha sido preterida formalidade expressamente exigida pelo referido Decreto-lei, e a omissão importe em prejuízo aos concorrentes ou ao Estado, ou à moralidade da concorrência.

9 — A Comissão reserva-se o direito de anular a concorrência desde que, as propostas apresentadas não correspondam ao interesse do Estado.

Florianópolis, em 26 de julho de 1961.

Henrique Arrada Ramos, presidente.

Rubens Victor da Silva, membro.

Alfredo Russi, membro.

8x8

DEPARTAMENTOS AUTÔNOMOS

COMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

Edital de concorrência pública n. 2

A Comissão de Energia Elétrica de Santa Catarina (CEE), pelo presente, torna público que fará realizar, no dia 12 de setembro próximo vindouro, às 16 horas, em sua sede, no 2º andar do Palácio das Diretorias, em Florianópolis, concorrência pública nas condições abaixo especificadas:

I — Objeto da concorrência:

A concorrência de que trata o presente edital se destina à aquisição de 3 (três) veículos, destinados aos serviços da S. E. E., a saber:

- 1 — Um automóvel Aero-Willys.
- 2 — Duas camionetas Volkswagen.

II — Estipulações:

O interessado deverá apresentar:

- 1 — Proposta, devidamente selada, em envelope fechado e lacrado, contendo:
 - a) Especificação do nome e endereço da firma;
 - b) designação da mercadoria que se propõe fornecer;
 - c) preço unitário e global, com a especificação se estão incluídas ou não despesas como impostos, seguros, etc.;
 - d) condições de entrega;
 - e) declaração de conhecimento e submissão às normas deste edital;
 - f) na parte externa do envelope, os seguintes dizeres:

Concorrência pública para aquisição de veículos destinados aos serviços da C. E. E. — Proposta.

2 — Documentos comprobatórios de identidade e de idoneidade, em envelope separado e fechado, contendo:

a) Documento de idoneidade, fornecido por um banco ou por duas firmas comprovadamente idôneas.

b) Prova de quitação com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal;

c) prova de que está registrado em Junta Comercial.

d) Na parte externa desse envelope, os seguintes dizeres:

Concorrência pública para aquisição de veículos destinados aos serviços da CEE — Identidade e Idoneidade.

3 — As propostas deverão ser apresentadas com a rubrica dos proponentes em todas as páginas e com a prova do pagamento do imposto do selo estadual — Cr\$ 2,00 por fls.

4 — As propostas deverão ser entregues na Comissão de Energia Elétrica de Santa Catarina, Palácio das Diretorias, sito à rua Tenente Silveira, nesta Capital, até às 15 horas do dia 12

de setembro do corrente ano, mediante recibo em que se mencionará data e hora do recebimento, assinado por um dos membros da Comissão.

5 — As propostas serão examinadas às 16 horas do dia 12 de setembro p. vindouro, pela Comissão de Abertura e Julgamento e na presença dos proponentes ou seus representantes legais.

Será declarado vencedor o proponente que oferecer:

- a) Menor preço;
- b) melhores condições de entrega;
- c) em igualdade de condições, será dado preferência às firmas estabelecidas no Estado;
- d) caso haja absoluta igualdade de proposta, será feito sorteio para decidir o vencedor.

6 — Abertas as propostas, antecedendo ao julgamento da concorrência, cada um dos interessados tem o direito de apor a sua rubrica nas folhas da proposta dos demais concorrentes.

7 — Os veículos deverão ter as seguintes características:

- a) Automóvel Aero-Willys: sôr pret., 4 portas, estofamento plástico, ano 1961, zero Km.
- b) Camioneta Kombi Volkswagen: tipo Standard, assentos trazeiros destacáveis, ano 1961, zero Km.

8 — Devem constar, de cada veículo, além de pneu sobressalente, as ferramentas usuais.

9 — Deverão ser observadas todas as condições estabelecidas neste edital, bem como as demais exigências previstas no decreto-lei n. 96-A, de 23 de abril de 1938.

10 — A concorrência poderá ser anulada desde que tenha sido preterida formalidade expressamente exigida pelo referido decreto-lei, e a omissão importe em prejuízo aos concorrentes ou ao Estado, ou à moralidade da concorrência.

11 — A Comissão de Abertura e Julgamento reserva-se o direito de anular a concorrência desde que, as propostas apresentadas não correspondam ao interesse do Estado.

Florianópolis, 3 de agosto de 1961.

Eng. Paulo Affonso de Freitas Meiro, presidente da C. E. E.

(3-2) (3225)

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

IMOBILIÁRIA JOÃO BRASIL S. A.

Assembléa geral extraordinária

CONVOCAÇÃO

O diretor-presidente, em exercício, desta sociedade abaixo-assinado, convida aos senhores acionistas, para uma assembléa geral extraordinária, que se realizará dia 7 de agosto de 1961, às 19,30 horas, no prédio da rua São Manoel, n. 196, a fim de discutir, votar e resolver sobre a matéria constante da seguinte

Ordem do dia

1º — Dissolução amigável da sociedade; (art. 335, n. 3, do Cód. Com.)

2º — Nomeação do liquidante.

3º — Outros assuntos de interesse social.

Tubarão, 15 de julho de 1961. (Assinatura ilegível), presidente. (3-3) (3212)

OFICINA ARTIC S. A.

Assembléa geral ordinária

Convidamos os senhores acionistas desta sociedade anônima, para a assembléa geral ordinária, a realizar-se na sede da firma, à rua 7 de Setembro, n. 472, nesta cidade, às 9 horas no dia 18 de setembro de 1961, com a seguinte

Ordem do dia

1º — Exame, discussão e aprovação do balanço geral encerrado em 30 de junho de 1961, demonstração da conta de lucros e perdas, relatório da diretoria e parecer do conselho fiscal.

2º — Eleição do conselho fiscal.

3º — Assuntos de interesse social.

Aviso

Comunicamos aos senhores acionistas, que se acham à disposição na sede social, os documentos a que se refere o art. 99, do decreto-lei n. 2.627, de 26 de setembro de 1940. Blumenau, 2 de agosto de 1961.

Alberto Koffke, diretor-presidente. (3-2) (3239)

Assembléa geral extraordinária

Convidamos os senhores acionistas desta sociedade anônima, para a assembléa geral extraordinária, a realizar-se na sede da firma, à rua 7 de Setembro, n. 472, nesta cidade, às dez horas no dia 25 de setembro de 1961, sobre o seguinte

1º — Aumento do capital social.

2º — Alterações dos estatutos sociais.

3º — Assuntos de interesse social.

Blumenau, 2 de agosto de 1961. Alberto Koffke, diretor-presidente. (3-2) (3240)

IMOBILIÁRIA ITAPIRUBA S. A.

CONVOCAÇÃO

Ficam convidados os srs. acionistas, desta sociedade, para se reunirem em assembléa geral extraordinária que se fará realizar no próximo dia dois (2) de maio próximo, às nove (9) horas, na sede social, para deliberarem sobre a seguinte

Ordem do dia

1) Prorrogação do mandato do atual diretor-presidente.

Rio do Sul, 1º de abril de 1960. (Assinatura ilegível).

(3.3) (3226)

EDITAL

Pelo presente edital, Alfredo dos Santos Filho, torna público que possui uma motocicleta marca D. K. W., motor n. 637746, modelo 1940, certificado de propriedade obsoleto em nome de Antônio Luiz do Livramento e placa também obsoleto n. 1-40-12 — e que está, à Diretoria de Trânsito, tratando da legalização junto dos documentos do referido veículo em seu nome. Qualquer objeção deverá ser apresentada na Diretoria do Trânsito nesta cidade.

Florianópolis, 3 de agosto de 1961. (ass.) Alfredo dos Santos Filho, (firma reconhecida). (3-3) (3216)

INDÚSTRIA E COMÉRCIO KUNZ S. A. Convite

Convida-se os srs. acionistas da firma Indústria e Comércio Kunz S. A., a se reunirem em assembléa geral ordinária, no dia 27 de agosto de 1961, às nove horas, na sede social, sita à rua G. Vargas 110, nesta cidade.

Ordem do dia

a) Deliberação sobre o relatório, balanço e contas de lucros e perdas, referente ao exercício de 1961, apresentados pela diretoria, com o respectivo parecer do conselho fiscal;

b) eleição da nova diretoria;

c) eleição do conselho fiscal e suplentes;

d) outros assuntos de interesse geral.

Joaçaba, 25 de julho de 1961.

A DIRETORIA

Aviso

Acham-se à disposição dos srs. acionistas, na sede social, os documentos a que se refere o art. 99, do decreto-lei n. 2.627, de setembro de 1960.

A DIRETORIA

(3x3) (3234)

GRINGO S/A. MEDEIRAS

CONVOCAÇÃO

Ficam convidados os srs. acionistas de Gringo S. A. "Madeiras", a se reunirem em assembléa geral extraordinária no dia 30 de julho de 1961, às 14 horas, na sede social à rua Francisco Neumann, 80 na cidade de Pôrto União, Estado de Santa Catarina, para deliberarem sobre o aumento de capital, alteração dos estatutos, criação de um estabelecimento industrial no Estado do Paraná e outros de interesse da sociedade.

Pôrto União, 14 de julho de 1961.

Décio Ferreira Gringo, diretor-gerente. (3x3) (3232)

EMPRESA GRÁFICA CATARINENSE S. A.

Assembléa geral extraordinária

CONVOCAÇÃO

São convidados os srs. acionistas para a assembléa geral extraordinária, a realizar-se no dia 19 de agosto de 1961, às 15 horas, na sede social, a fim de deliberarem sobre a seguinte

Ordem do dia

1º — Distribuição de dividendos e gratificação;

2º — Outros assuntos de interesse da sociedade.

Blumenau, 2 de agosto de 1961.

Wolf Hoette, diretor. (3x1) (3259)

MOINHO VIDEIRENSE S. A.

Ata da assembléa geral extraordinária

Aos vinte e cinco de março de mil novecentos e sessenta e um, às 14 horas, reuniram-se na sede social, em Passo da Felicidade, município de Videira, os acionistas representando a totalidade do capital social conforme se verifica pelas assinaturas lançadas no livro "registro de presença", às folhas 18 (dezoito). Assumiu a presidência na forma dos estatutos sociais, o sr. Claudio Brunetta, diretor-presidente, que convidou a mim, João Valdir Chies, para secretário, constituindo-se desta forma a mesa. Declarou, então, o sr. presidente aberta a sessão de assembléa geral extraordinária, convocada por anúncio publicado no "Diário Oficial", do Estado de Santa Catarina, edições n. 6.758, 6.759 e 6.760, de 6, 7 e 8 de março de 1961, anúncio que foi lido por mim, secretário e do seguinte teor: "Moinho Videirense S. A., assembléa geral extraordinária. Convocação. Ficam convocados pelo presente, os srs. acionistas desta sociedade, para a assembléa geral extraordinária, a realizar-se no dia 25 de março de 1961, às 14 horas, na sede social, em Passo da Felicidade, município de Videira para deliberarem sobre a seguinte: ordem do dia. 1º) Uma proposta justificativa da diretoria para aumento do capital social e parecer do conselho fiscal. 2º) Alteração do artigo 5º dos estatutos sociais. 3º) Assuntos de interesse da sociedade. Passo da Felicidade, 15 de fevereiro de 1961. Claudio Brunetta, diretor-presidente". A seguir por determinação do sr. presidente, procedi a leitura da "proposta da diretoria", e do "parecer do conselho fiscal", documentos esses do seguinte teor: "proposta da diretoria para aumento do capital do Moinho Videirense S. A., acompanhada da exposição justificativa, srs. acionistas. Atendendo a finalidade de dotar a empresa dos meios necessários ao desenvolvimento dos negócios sociais, vem propôr aos srs. acionistas que o capital da mesma atualmente de Cr\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil cruzeiros) seja aumentado para Cr\$ 2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros); devendo esse aumento de Cr\$ 800.000,00 (oitocentos mil cruzeiros), ser subscrito na proporção legal, em moeda corrente do país. Sendo aprovada a medida em apreço, o artigo 5º (quinto) dos estatutos sociais passa ter a seguinte redação: "Art. 5º — O capital social é de Cr\$ 2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros), dividido em 2.000 (duas mil) ações, do valor nominal de Cr\$ 1.000,00 (um mil cruzeiros) cada uma". Esta é a proposta que submetemos à apreciação e deliberação dos srs. acionistas". Passo da Felicidade, 25 de fevereiro de 1961. Claudio Brunetta, Silvino Bettoni, João Valdir Chies, Nair Bettoni". "Ata n. 22 — Aos vinte oito dias do mês de fevereiro de mil novecentos e sessenta e um, atendendo a convocação feita pela diretoria da firma, Moinho Videirense S. A. Na forma estatutária, reuniu-se o conselho fiscal, para examinarem a deliberação sobre a proposição feita pela diretoria, datada de 25 de fevereiro do corrente ano, com referência a elevação do capital social de Cr\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil cruzeiros) para Cr\$ 2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros) que será representado por 2.000 (duas mil) ações nominativas. O conselho fiscal, ora reunido considerando a proposta feita pela diretoria, e também considerando a necessidade do aumento para atender a situação financeira da sociedade em consideração ao desenvolvimento da mesma, é de parecer favorável que seja procedido o aumento solicitado, na forma estatutária e da lei das sociedades anônimas. Armando Oliveira Gomes, Antônio Pinto Doro e Anastácio Simioni". Em seguida, o sr. presidente submeteu esses documentos à discussão e depois

de amplamente discutidos, em obediência aos itens 1º e 2º do edital de convocação, foi a proposta submetida à votação, verificando-se ter sido aprovada por unanimidade, deixando de votar os impedidos em lei. Ato contínuo, o sr. presidente declarou que estando representada na assembléa a totalidade do capital social e estando todos de acordo em desistir reciprocamente da preferência, para a subscrição do referido aumento, fôsse a lista preenchida livremente, de acordo com a vontade de cada um dos presentes. Assinada a lista, ficou sendo a seguinte: "Moinho Videirense S. A. — Lista de subscrição do aumento do capital social, conforme assembléa geral extraordinária, realizada no dia 25 de março de 1961. Nome, nacionalidade, estado civil, profissão, residência, número de ações subscritas, valor total, Claudio Brunetta, brasileiro, casado, industrial, Passo da Felicidade 250, — 250.000,00; João Valdir Chies, brasileiro, casado, contador, Passo da Felicidade, 150, 150.000,00. Leonilo Bettoni, brasileiro, casado, motorista, Passo da Felicidade, 80, — 80.000,00; Fernando Longo, brasileiro, casado, agricultor, Passo da Felicidade, 70, — 70.000,00; Octávio João Bertuol, brasileiro, casado, agricultor, Passo da Felicidade, 5, — 5.000,00; Ordilho Bettoni, casado, agricultor, Herval d'Oeste, 60, — 60.000,00; Nair Bettoni, brasileiro, casado, industrial, Passo da Felicidade, 75, — 75.000,00; Silvino Bettoni, brasileiro, casado, industrial, Passo da Felicidade, 70, — 70.000,00; Isabel Chies, brasileira, viúva, doméstica, Passo da Felicidade, 40, — 40.000,00. Total 800, Cr\$ 800.000,00". Preenchida a lista, o sr. presidente verificou ter sido subscrita a importância de Cr\$ 800.000,00 (oitocentos mil cruzeiros) em moeda corrente, pelo que considerava efetivado o aumento do capital e alterado o artigo 5º, o qual passará a ter a redação constante da proposta da diretoria. Chegando ao terceiro item da ordem do dia, ninguém mais usou da palavra e o sr. presidente encorrou a sessão, mandando lavrar a presente ata, que depois de lida e achada conforme, vai por todos os acionistas presente assinada. Eu, João Valdir Chies, secretário, a lavrei e assino. Passo da Felicidade, 25 de março de 1961. Claudio Brunetta, João Valdir Chies, secretário; Leonilo Bettoni, Fernando Longo, Silvino Bettoni, Nair Bettoni, Ordilho Bettoni, Octávio João Bertuol, Pedro João Bettoni e Isabel Chies". A presente é cópia da transcrita às fls. 17-V, 18, 18-V e 19 do livro competente. Passo da Felicidade, 25 de março de 1961. Claudio Brunetta, presidente. João Valdir Chies, secretário.

Selo devido, no valor de Cr\$ 6.400,00, foi pago na 1ª via do presente Protocolo n. Coletoria Federal em Videira, 27-3-61. (Assinatura ilegível).

Certidão

Certifico que, a primeira via da presente ata da assembléa geral extraordinária, estava com as firmas supra de Claudio Brunetta e João Valdir Chies, devidamente reconhecidas por mim tabelião; dou fé. Videira, 27 de março de 1961. João Nardi, tabelião.

N. 15.905 — Conferida e arquivada por despacho da Junta Comercial em sessão de hoje. Pagou na 1ª via de selos federais e Cr\$ 502,00 estaduais por estampilhas, para arquivamento.

Secretaria da Junta Comercial de Santa Catarina, em Florianópolis, 22 de junho de 1961.

O secretário: Eduardo Nicolich.

A primeira via é de igual teor e fica arquivada na Secretaria da Junta Comercial do Estado, em Florianópolis, 22 de junho de 1961.

Eduardo Nicolich, secretário.

(3231)

PAVIMENTADORA CATARINENSE S. A. - PAVESC

Ata da assembleia geral de constituição

Aos dezesseis (16) dias do mês de julho de mil novecentos e sessenta e um (1961), às quinze (15) horas, na futura sede social da "Pavimentadora Catarinense S. A. - (PAVESC)" em organização, sita à rua Samuel Heusi, quarenta e quatro (44), nesta cidade de Itajaí, Estado de Santa Catarina, reuniram-se, em primeira convocação, os subscritores da "Pavimentadora Catarinense S. A. - (PAVESC)", em organização, representando a totalidade do capital subscrito. Assumiu por aclamação, a presidência dos trabalhos o subscritor sr. Waldemar Bornhausen, o qual convidou o subscritor dr. Antônio Carlos Werner, para secretário. O presidente declarou instalada a assembleia, que fôra regularmente convocada por anúncio publicado no "Diário Oficial" do Estado, edições de seis (6), sete (7) e oito (8), do corrente e nos jornais semanários desta cidade de Itajaí "O Popular", "Itajaí" e "Jornal do Povo" em suas edições de seis (6), oito (8) e nove (9) do corrente, respectivamente. Declarou o senhor presidente da assembleia que, como parte do capital subscrito fôra realizado em bens imóveis suscetíveis de avaliação em dinheiro, devia a assembleia nomear três (3) peritos para procederem a dita avaliação. Por unanimidade, a assembleia nomeou peritos os senhores Ney Trindade, brasileiro, solteiro, contador, residente e domiciliado nesta cidade de Itajaí, Reimar Hoffmann, brasileiro, casado, industrial, residente e domiciliado nesta cidade de Itajaí e Francisco Cavalcanti, brasileiro, casado, residente e domiciliado na cidade de Rio do Sul, e de passagem por esta cidade de Itajaí. A assembleia foi informada pelos senhores peritos de que eles tinham conhecimento dos valores dos bens, objeto da avaliação e que, ainda hoje poderiam oferecer o laudo. Deliberou a mesma assembleia suspender os trabalhos até as vinte (20) horas de hoje. Reunidos novamente, à hora acima citada no local supra indicado, todos os subscritores do capital da sociedade em constituição e os peritos, tendo sido pelo senhor secretário o laudo respectivo neste teor: "Laudo de avaliação de bens oferecidos para integralização do capital da sociedade "Pavimentadora Catarinense S. A. - (PAVESC)" em organização. Nós abaixo assinados, nomeados pela assembleia geral de subscritores da sociedade "Pavimentadora Catarinense S. A. - (PAVESC)" em organização, para peritos avaliadores dos bens com que os subscritores srs. Waldemar Bornhausen, dr. Admar Bornhausen e dr. Antônio Carlos Werner, pretendem constituir como parte de seu capital subscrito, em cumprimento da incumbência que nos foi confiada, procedemos a todas as diligências que o caso exigiu, examinando os documentos que nos foram apresentados, consultando os preços correntes acerca de bens de igual natureza, concluimos, pelo que nos parece justo, que os bens em questão podem assim ser avaliados: I - Bens de Waldemar Bornhausen: Um trator marca "International" com lâmina "Pulldover" Cr\$ 1.200.000,00 (hum milhão e duzentos mil cruzeiros). II - Bens de Admar Bornhausen: Uma Moto-Niveadora marca "Wacco" Cr\$ 1.400.000,00 (hum milhão e quatrocentos mil cruzeiros). III - Bens de Antônio Carlos Werner: Uma betoneira motorizada Cr\$ 200.000,00 (duzentos mil cruzeiros), uma bate-estacas motorizada Cr\$ 100.000,00 (cent mil cruzeiros) e uma caminhoneta marca "Ford" F-6 modelo 1959 pick-up Cr\$ 600.000,00 (seiscentos mil cruzeiros), perfazendo o valor total de Cr\$ 900.000,00 (novecentos mil cruzeiros). E como nada mais tivesse nos a fazer, e damos por cumprida a missão que nos fôra confiada, lavamos o presente laudo, que vai por nós datado e assinado. Itajaí, 16 de julho de 1961, (Assinados). Ney Trindade, Reimar

Hoffmann e Francisco Cavalcanti, avaliadores". A seguir o senhor presidente declarou que o dinheiro da parte do capital já se encontrava depositado na Matriz do Banco Indústria e Comércio de Santa Catarina S. A., nesta cidade de Itajaí, nos termos do decreto-lei federal n. 5.956 (cinco mil novecentos e seis) de primeiro (1º) de novembro de mil novecentos e quarenta e três (1943), e o recibo do depósito encontra-se na mesa para a apreciação dos senhores subscritores, os quais examinaram dito recibo e o aprovaram por unanimidade. A seguir o senhor presidente apresentou a todos os subscritores o projeto dos estatutos e a lista dos subscritores, pela qual e verifica que o capital foi inteiramente subscrito e parcialmente realizado, como está descrito na referida lista. Estes documentos estão assim redigidos: "Pavimentadora Catarinense S. A. - (PAVESC)". Estatutos. Capítulo primeiro - Denominação, sede e fóro, objeto e duração. Art. 1º - Sob a denominação de "Pavimentadora Catarinense Sociedade Anônima" e com a sigla "PAVESC", fica constituída uma sociedade anônima que se regerá pelos presentes estatutos e disposições que por lei lhe forem aplicáveis. A sociedade tem sede, administração e fóro na cidade de Itajaí, Estado de Santa Catarina, à rua Samuel Heusi n. 44. Art. 2º - O objeto da sociedade é de terraplanagem, obras de artes correntes, revestimentos e pavimentações diversas. Art. 3º - O prazo de duração da sociedade é por tempo indeterminado. Capítulo segundo - Do capital e ações. Art. 4º - O capital é de Cr\$ 4.500.000,00 (quatro milhões e quinhentos mil cruzeiros), dividido em 900 (novecentas ações de Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros) cada uma, comuns ou ordinárias, o portador, 80% (oitenta) realizadas no ato e 20% (vinte) a realizar no prazo máximo de 1 (um) ano, conversíveis em nominativas, a critério do possuidor, ficando a responsabilidade dos acionistas limitada ao valor das ações que possuírem. Art. 5º - Por proposta da diretoria e mediante aprovação da assembleia geral, poderá o capital social ser aumentado em qualquer tempo. Capítulo terceiro - Da diretoria. Art. 6º - A sociedade será administrada por uma diretoria composta de quatro membros, todos acionistas ou não, com os seguintes cargos: um diretor-presidente; um diretor-gerente; um diretor comercial e um diretor-técnico responsável, que exercerão o mandato por 2 (dois) anos, podendo serem reeleitos. Parágrafo primeiro. Os honorários dos diretores serão fixados pela assembleia geral ou por quem ela outorgar esse direito. Parágrafo segundo. Cada diretor, prestará uma caução de 10 (dez) ações da sociedade ou de outra, no valor total de Cr\$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros), em garantia de sua função, caução essa que será levantada depois de apuradas as contas de sua gestão. Art. 7º - A diretoria tem as atribuições e os poderes legais para assegurar o normal funcionamento da sociedade, cabendo: (a) ao diretor-presidente: a representação da sociedade em juízo ou fora dele; prestar ou aceitar caução ou fiança nos interesses exclusivos da sociedade; assinar propostas ou contratos de abertura de contas bancárias e movimentá-las; emitir e endossar cheques, fazer retiradas mediante recibos; autorizar depósitos, transferências e pagamentos por meio de cartas; solicitar saldos, extratos de conta e requisitar talões de cheques para uso da sociedade; receber quaisquer importâncias devidas a Sociedade, assinando os necessários recibos e dando quitação; sacar, aceitar e endossar letras de câmbio; emitir, endossar e aceitar duplicatas; emitir e endossar notas promissórias; descontar, caucionar e entregar para cobrança bancária duplicatas, letras de câmbio e notas promissórias, assinando os respectivos contratos, postas e borderôs; representar a sociedade perante as carteiiras de Comércio

Exterior, de Câmbio e Fiscalização Bancária do Banco do Brasil S. A.; assinar pedidos de licença de importação e exportação, certificados de cobertura cambial, termos de responsabilidade, declarações de venda; comprar e vender cambiais; assinar quaisquer espécie de contratos, inclusive os de câmbio, de compra e venda e todos os demais documentos e correspondência da sociedade com as citadas carteiiras do Banco do Brasil S. A.; nomear agentes, procuradores ou representantes. Assinar com o contador da firma e os demais diretores o balanço geral, bem como a demonstração da conta de lucros e perdas; presidir as reuniões da diretoria, orientar e supervisionar a parte financeira da sociedade em todas as relações com os demais estabelecimentos comerciais e de créditos, representar a sociedade em todas as suas transações comerciais, bancárias e em qualquer repartição pública federal, estadual, municipal ou autárquica; b) ao diretor-comercial: substituir o diretor-presidente nos seus impedimentos eventuais, e, em conjunto com o mesmo orientar os negócios em geral da sociedade, ficando-lhe, desde já, conferido todos os poderes constantes do presente artigo em sua letra "a", ficando ainda a seu cargo, a orientação comercial da sociedade; c) ao diretor-gerente: substituir o diretor-comercial nos seus impedimentos eventuais, ficando a seu cargo a criação dos serviços da tesouraria e caixa da sociedade, bem como os serviços contábeis em geral; d) ao diretor-técnico: a este, cabe toda a responsabilidade técnica das obras contratadas pela sociedade, ficando ainda a seu cargo a fiscalização e orientação ampla aos construtores e operários, representando também a sociedade junto ao Conselho Regional de Arquitetura e Engenharia (CRAE). Parágrafo primeiro. Os cheques serão assinados em conjunto ou separadamente pelo diretor-presidente e diretor-comercial. Parágrafo segundo. Em caso de vaga ou impedimento por mais de 30 (trinta) dias de algum dos diretores, o diretor-presidente, escolherá imediatamente um substituto definitivo que exercerá o mandato pelo tempo que faltar ao substituído. Em caso de impedimento temporário os demais diretores substituir-se-ão reciprocamente. Capítulo quarto - Do conselho fiscal. Art. 8º - A sociedade terá um conselho fiscal, composto de 3 (três) membros efetivos e 3 (três) suplentes, acionistas ou não, residentes no País, eleito anualmente pela assembleia, podendo ser reeleitos. Parágrafo primeiro. Os membros do conselho fiscal, tem as atribuições e os poderes que a lei lhe confere. Parágrafo segundo. Os honorários dos membros do conselho fiscal serão fixados pela assembleia geral que os eleger. Parágrafo terceiro. Os membros do conselho fiscal serão substituídos pelos suplentes mais votados ou em igualdade de condições pelos mais idosos. Capítulo quinto - Da assembleia geral. Art. 9º - A assembleia geral reunir-se-á ordinariamente, dentro do primeiro trimestre de cada ano, logo após a terminação do balanço, extraordinariamente sempre que os interesses sociais exigirem a manifestação dos acionistas. Parágrafo primeiro. Os honorários e as demais deliberações das assembleias gerais obedecerão as disposições legais em vigor e aí determinado no presente estatuto. Art. 10 - Aos acionistas presentes compete a eleição ou indicação do presidente da assembleia, cabendo a este a designação do secretário. Art. 11 - As deliberações da assembleia geral, salvo as determinações legais, serão tomadas por maioria de votos dos acionistas presentes, onde cada ação tem direito a um voto. Parágrafo único. Os acionistas ausentes por ocasião das reuniões da assembleia geral poderão fazer-se representar por pessoa também acionista, desde que munida de procuração específica para tal fim e não façam parte da diretoria ou conselho fiscal. Art. 12 - Só poderão ser vendidos, hipotecados ou gravados de

ônus reais quaisquer imóveis ou bens patrimoniais da sociedade, mediante prévia autorização da assembleia geral. Capítulo sexto - Do exercício social. Art. 13 - O critério da diretoria, poderá a sociedade adquirir ou construir imóvel, os quais passarão a fazer parte integrante do patrimônio da mesma. Art. 14 - O exercício social coincidirá com o ano civil. A 31 de dezembro de cada ano, obedecida as prescrições legais, proceder-se-ão ao balanço geral do exercício, para apuração dos lucros ou prejuízos. A critério da diretoria obter-se-á as seguintes depreciações: (a) 10% (dez) nos imóveis, móveis e utensílios emaquinários em geral; b) 20% (vinte) nos veículos e acessórios". Parágrafo único. Essas deduções constituirão o fundo de depreciação. Art. 15 - Dos lucros líquidos verificados em balanço anual serão retirados: a) 5% (cinco) para constituição do fundo de reserva legal até o limite de 20% (vinte) do capital social; b) uma percentagem a critério da assembleia geral, como gratificação à diretoria, com observância do art. 134 do diploma legal e que será pago ou creditado no ano seguinte do exercício; c) a critério da assembleia geral poderá ser ainda deduzido do lucro líquido até o máximo de 20% (vinte) anualmente, importância essa que constará de uma conta especial e destina-se ao reforço do capital para atender a evolução natural da sociedade. Art. 15 - A sociedade pagará juros de acordo com a lei em vigor aos acionistas que nela possuem dinheiro em conta corrente. Capítulo sétimo - Da liquidação. Art. 17 - A sociedade entrará em liquidação em casos previstos em lei. Parágrafo único. A assembleia geral extraordinária convocada para o fim especial de liquidação, estabelecerá o modo pelo qual deverá ela ser feita, nomeará os liquidantes e o conselho fiscal, este em acordo a sua remuneração e determinação ou prazo do mandato dos liquidantes e seus fiadores. Capítulo oitavo - Disposições transitórias. Art. 18 - O mandato dos primeiros diretores eleitos e nomeados nos termos do presente estatuto, expirará na data da realização da assembleia geral ordinária de 1963. A diretoria ficará assim constituída: Waldemar Bornhausen, brasileiro, casado, industrial, residente e domiciliado nesta cidade de Itajaí, neste Estado, para diretor-presidente; Orlando Pacheco, brasileiro, casado, contador, residente e domiciliado nesta cidade de Itajaí, para diretor-comercial; dr. Admar Bornhausen, brasileiro, casado, engenheiro industrial, residente e domiciliado na cidade de Rio do Sul, neste Estado, para diretor-gerente; dr. Antônio Carlos Werner, brasileiro, solteiro, engenheiro civil, residente e domiciliado nesta cidade de Itajaí, neste Estado para diretor-técnico responsável. Itajaí, 16 de julho de 1961. (Assinados) Waldemar Bornhausen, Orlando Pacheco, Admar Bornhausen, Antônio Carlos Werner, Maria Luiza Soares Bornhausen, Alfredo Krick e Maria da Conceição Serpa Bornhausen." "Pavimentadora Catarinense S. A. - (PAVESC)". Relação dos subscritores do capital social de Cr\$ 4.500.000,00 (quatro milhões e quinhentos mil cruzeiros), dividido em 900 (novecentas) ações ordinárias, do valor nominal de Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros) cada uma. Dr. Antônio Carlos Werner, brasileiro, solteiro, engenheiro civil, residente e domiciliado nesta cidade de Itajaí - 299 (duzentas e noventa e nove) ações no valor global de Cr\$ 1.495.000,00 (hum milhão quatrocentos e noventa e cinco mil cruzeiros), realizado neste ato Cr\$ 919.000,00 (novecentos e dezenove mil cruzeiros) e a realizar no prazo máximo de 1 (um) ano Cr\$ 576.000,00 (quinhentos e setenta e seis mil cruzeiros). Admar Bornhausen, brasileiro, casado, engenheiro industrial, residente e domiciliado na cidade de Rio do Sul - 280 (duzentas e oitenta) ações no valor global de Cr\$ 1.400.000,00 (hum milhão e quatro-

centes mil cruzeiros) inteiramente realizado neste ato. Waldemar Bornhausen, brasileiro, casado, industrial, residente e domiciliado nesta cidade de Itajaí — 240 (duzentas e quarenta) ações no valor global de Cr\$ 1.200.000,00 (um milhão, duzentos mil cruzeiros) inteiramente realizado neste ato. Orlando Pacheco, brasileiro, casado, contador, residente e domiciliado nesta cidade de Itajaí — 50 (cinquenta) ações no valor global de Cr\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil cruzeiros) realizadas neste ato. Cr\$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) e a realizar no prazo máximo de 1 (um) ano Cr\$ 200.000,00 (duzentos mil cruzeiros). Maria Luiza Soares Bornhausen, brasileira, casada, doméstica, residente e domiciliada nesta cidade de Itajaí — 10 — (dez ações no valor global de Cr\$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) realizadas neste ato Cr\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros) e a realizar no prazo máximo de 1 (um) ano Cr\$ 40.000,00 (quarenta mil cruzeiros). Alfredo Krick, brasileiro, casado, comerciante, residente e domiciliado na cidade de Rio de Janeiro — 1 (uma) ação no valor global de Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros) realizada neste ato Cr\$ 1.000,00 (um mil cruzeiros) e a realizar no prazo máximo de 1 (um) ano Cr\$ 4.000,00 (quatro mil cruzeiros). Itajaí, 16 de julho de 1961. (Ass.) Waldemar Bornhausen, Orlando Pacheco, Admar Bornhausen, Antônio Carlos Werner, Maria Luiza Soares Bornhausen, Alfredo Krick e Maria da Conceição Serpa Bornhausen". A seguir o senhor presidente declarou que a relação dos subscritores acima transcrita foi hoje aberta e encerrada, tendo sido o capital social inteiramente subscrito e parcialmente realizado, conforme está indicado nesta relação, e, em seguida submeteu a votação os estatutos sociais, a relação dos subscritores e o laudo parcial, documentos esses lidos pelo senhor secretário a assembleia e examinados por todos os subscritores. A assembleia por unanimidade, aprovou todos os referidos documentos, verificando-se que na votação do (laudo parcial) absteram-se de votar os senhores subscritores Waldemar Bornhausen, Admar Bornhausen e Antônio Carlos Werner, por serem interessados no assunto como proprietários dos bens avaliados. Declarou o senhor presidente que qualquer subscritor poderia fazer as observações que apresssem e pediu aos presentes que se manifestassem. E, como todos os subscritores, após a verificação completa e individual, confirmaram a sua vontade de constituir a sociedade aceitaram e aprovaram todos os indicados documentos e nenhuma oposição houve, o presidente declarou definitivamente constituída a sociedade "Pavimentadora Catarinense Sociedade Anônima — (PAVESC)", com sede nesta cidade de Itajaí, Estado de Santa Catarina. Informou o senhor presidente que a assembleia devia proceder a eleição dos diretores, dos membros do conselho fiscal bem como dos suplentes e que por isso ia realizar o Forão eleitos: a) Diretor-presidente: Waldemar Bornhausen, brasileiro, casado, industrial, residente e domiciliado nesta cidade de Itajaí; diretor-comercial: Orlando Pacheco, brasileiro, casado, contador, residente e domiciliado nesta cidade de Itajaí; diretor-gerente: Admar Bornhausen, brasileiro, casado, engenheiro industrial, residente e domiciliado na cidade de Rio de Janeiro; diretor-técnico responsável: dr. Antônio Carlos Werner, brasileiro, solteiro, engenheiro civil, residente e domiciliado nesta cidade de Itajaí. b) Membros do conselho fiscal: Os senhores Antônio Ayres dos Santos, brasileiro, casado, comerciante, Rau Heusi da Silva, brasileiro, casado, comerciante

rio e João Gabriel Pereira, brasileiro, casado, funcionário autárquico aposentado, todos residentes e domiciliados nesta cidade de Itajaí. c) Suplentes do conselho fiscal: Os senhores João Pery Brandão, brasileiro, casado, despachante aduaneiro, dr. Alvaro Brandão, brasileiro, casado, advogado, Renato dos Santos, brasileiro, solteiro, advogado, todos residentes e domiciliados nesta cidade de Itajaí. A seguir a assembleia geral delegou poderes à diretoria para fixar seus próprios honorários e fixou em Cr\$ 50000 (quinhentos cruzeiros) por sessão comparada e cada um dos membros do conselho fiscal. Finalmente, mandou o senhor presidente Javrar à presente ata que vai por ele e por mim secretário, rubricada em todas as suas folhas e por todos os acionistas assinada depois de terem ouvido a sua leitura, feita em voz alta, na presença de todos e verificada sua exatidão e manifestada a sua plena aprovação em todos os seus termos. Itajaí, 16 de julho de 1961. Waldemar Bornhausen, Antônio Carlos Werner, Admar Bornhausen, Orlando Pacheco, Maria Luiza Soares Bornhausen, Maria da Conceição Serpa Bornhausen, Alfredo Krick.

Reconheço as firmas supras devidamente numeradas de um (1) a sete (7) do que dou fé. Itajaí, 19 de julho de 1961. Em fé EK, da verdade. Eurico Kröbel, tabelião do 2º Ofício.

Guia de recolhimento do Imposto do Selo — Cr\$ 36.000,00.

Pavimentadora Catarinense S. A. — (Pavesc) — sociedade anônima brasileira, hoje constituída, com sede nesta cidade de Itajaí, Estado de Santa Catarina, recolhe a repartição arrecadadora local, na forma da letra C, da nota 5ª, do artigo 45, da Tabela da Consolidação das Leis do Imposto do Selo, decreto n. 45.421, de 12-2-59 (isto é, antes do arquivamento da ata da assembleia que aprovou sua constituição) à importância de Cr\$ 36.000,00 (trinta e seis mil cruzeiros) imposto de selo federal proporcional, na razão de 8 (oito por mil, sobre a importância de Cr\$ 4.500.000,00 (quatro milhões e quinhentos mil cruzeiros), valor de seu capital social. Para um só efeito, lavrou-se à presente, em 6 (seis) vias de igual teor. Itajaí, 16 de julho de 1961. Pavimentadora Catarinense S. A. — (Pavesc). Orlando Pacheco, diretor-comercial.

N. 721 — Cr\$ 36.000,00. Pagou trinta e seis mil cruzeiros de selo por verba conforme verba n. 721. Alfândega de Itajaí, 19 de julho de 1961. (Assinatura ilegível).

ESTATUTOS DA PAVIMENTADORA CATORINENSE S. A. — (PAVESC)

CAPITULO PRIMEIRO

Denominação, sede e fóro, objeto e duração

Art. 1º — Sob a denominação de "Pavimentadora Catarinense Sociedade Anônima" e com a sigla "PAVESC", fica constituída uma sociedade anônima que se regerá pelos presentes estatutos e disposições que por lei lhe forem aplicáveis. A sociedade tem sede, administração, e fóro na cidade de Itajaí, Estado de Santa Catarina, à rua Samuel Heusi, n. 11.

Art. 2º — O objeto da sociedade é de terraplanagens, obras de artes correntes, revestimentos e pavimentações diversas.

Art. 3º — O prazo de duração da sociedade é por tempo indeterminado.

CAPITULO SEGUNDO

Do capital e ações

Art. 4º — O capital é de Cr\$ 4.500.000,00 (quatro milhões e quinhentos mil cruzeiros), dividido em 900 (novecentas) ações de Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros) cada uma, comuns ou ordinárias, ao portador, 80% (oitenta)

realizadas no ato e 20% (vinte) a realizar no prazo máximo de 1 (um) ano, conversíveis em nominativas, a critério do possuidor, ficando a responsabilidade dos acionistas limitada ao valor das ações que possuírem.

Art. 5º — Por proposta da diretoria e mediante aprovação da assembleia geral, poderá o capital social ser aumentado em qualquer tempo.

CAPITULO TERCEIRO

Da diretoria

Art. 6º — A sociedade será administrada por uma diretoria composta de quatro membros, todos acionistas ou não, com os seguintes cargos: Um diretor-presidente um diretor-gerente, um diretor-comercial e um diretor-técnico responsável, que exercerão o mandato por 2 (dois) anos, podendo serem reeleitos.

Parágrafo primeiro. Os honorários dos diretores serão fixados pela assembleia geral ou por quem ela outorgar esse direito.

Parágrafo segundo. Cada diretor, prestará uma caução de 10 (dez) ações da sociedade ou de outra, no valor de Cr\$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) em garantia de sua função, caução essa que será levantada depois de apuração as contas de sua gestão.

Art. 7º — A diretoria tem as atribuições e os poderes legais para assegurar o normal funcionamento da sociedade, cabendo:

a) ao diretor-presidente: a representação da sociedade em juízo ou fora dele; prestar ou aceitar cauções ou fianças, nos interesses exclusivos da sociedade; assinar propostas ou contratos de abertura de contas bancárias e movimentá-las; emitir e endossar cheques; fazer retiradas mediante recibos; autorizar débitos, transferências e pagamentos por meio de cartas; solicitar saldos, extratos conta e requisitar talões de cheques para uso da sociedade; receber quaisquer importâncias devidas a Sociedade, assinando os necessários recibos e dando quitação; sacar, aceitar e endossar letras de câmbio; emitir, endossar e aceitar duplicatas; emitir e endossar notas promissórias; descontar, caucionar e entregar para cobrança bancária duplicatas, letras de câmbio e notas promissórias, assinando os respectivos contratos, proposta e borderôs, representar a Sociedade perante as cartilhas de Comércio Exterior, de Câmbio e Fiscalização Bancária do Banco do Brasil S. A.; assinar pedidos de licença de importação e exportação, certificados de cobertura cambial, termos de responsabilidade, declarações de venda; comprar e vender câmbiais; assinar quaisquer espécie de contratos, inclusive os de câmbio, de compra e venda e todos os demais documentos e correspondência da Sociedade com as citadas cartilhas do Banco do Brasil S. A.; nomear agentes, procuradores ou representantes. Assinar com o contador da firma e os demais diretores do balanço geral, bem como a demonstração da conta de lucros e perdas; presidir as reuniões da diretoria, orientar e supervisionar a parte financeira da Sociedade em todas as relações com os demais estabelecimentos comerciais e de créditos, representar a Sociedade em todas as suas transações comerciais, bancárias e em qualquer repartição pública federal, estadual, municipal ou autárquica;

b) ao diretor comercial: substituir o diretor-presidente nos seus impedimentos eventuais, e, em conjunto com o mesmo orientar os negócios em geral da Sociedade, ficando-lhe, desde já, conferido todos os poderes constantes do presente artigo em sua letra "a", ficando ainda a seu cargo, a orientação comercial da Sociedade;

c) ao diretor-gerente: substituir o diretor-comercial nos seus impedimentos eventuais, ficando a seu cargo a orientação dos serviços da tesouraria e caixa da Sociedade, bem como os serviços con-

tábeis em geral;

d) ao diretor-técnico: a este, cabe toda a responsabilidade técnica das obras contratadas pela Sociedade, ficando ainda a seu cargo a fiscalização e orientação ampla aos construtores e operários, representando também a Sociedade junto ao Conselho Regional de Arquitetura e Engenharia (CRAE).

Parágrafo primeiro — Os cheques serão assinados em conjunto ou separadamente pelo diretor-presidente e diretor-comercial.

Parágrafo segundo — Em caso de vaga ou impedimento por mais de 30 (trinta) dias de algum dos diretores, o diretor-presidente, escolherá incontinentemente um substituto definitivo que exercerá o mandato pelo tempo que faltar ao substituído. Em caso de impedimento temporário os demais diretores substituir-se-ão reciprocamente.

CAPITULO QUARTO

Do conselho fiscal

Art. 8º — A Sociedade terá um conselho fiscal, composto de 3 (três) membros efetivos e 3 (três) suplentes, acionistas ou não, residentes no País, eleito anualmente pela assembleia, podendo ser reeleitos.

Parágrafo primeiro — Os membros do conselho fiscal, tem as atribuições e os poderes que a lei lhe confere.

Parágrafo segundo — Os honorários dos membros do conselho fiscal serão fixados pela assembleia geral que os eleger.

Parágrafo terceiro — Os membros do conselho fiscal serão substituídos pelos suplentes mais votados ou em igualdade de condições pelos mais idoso.

CAPITULO QUINTO

Da assembleia geral

Art. 9º — A assembleia geral reunir-se-á ordinariamente, dentro do primeiro trimestre de cada ano, logo após a terminação do balanço, extraordinariamente sempre que os interesses sociais exigirem a manifestação dos acionistas.

§ 1º — Os honorários e as demais deliberações das assembleias gerais obedecerão as disposições legais em vigor e aí determinando no presente estatuto.

Art. 10 — Aos acionistas presentes compete a eleição ou indicação do presidente da assembleia, cabendo a este a designação do Secretário.

Art. 11 — As deliberações da assembleia geral, salvo as determinações legais, serão tomadas por maioria de votos dos acionistas presentes, onde cada ação tem direito a um voto.

Parágrafo único — Os acionistas ausentes por ocasião das reuniões da assembleia geral poderão fazer-se representar por pessoa também acionista, desde que munida de procuração específica para tal fim façam parte da diretoria ou conselho fiscal.

Art. 12 — Só poderão ser vendidos, hipotecados ou gravados de ônus reais quaisquer imóveis ou bens, patrimoniais da Sociedade, mediante prévia autorização da assembleia geral.

CAPITULO SEXTO

Do exercício social

Art. 13 — A critério da diretoria, poderá a Sociedade adquirir ou construir imóveis, os quais passarão a fazer parte integrante do patrimônio da mesma.

Art. 14 — O exercício social coincidirá com o ano civil. A 31 de dezembro de cada ano, obedecida as prescrições legais proceder-se-á ao balanço geral do exercício, para apuração dos lucros ou prejuízos. A critério da diretoria observar-se-á as seguintes depreciações:

a) 10% (dez) nos imóveis, móveis e utensílios e maquinários em geral;

b) 20% (vinte) nos veículos e acessórios.

Parágrafo único — Essas deduções constituirão o fundo de depreciação.

Art. 15 — Dos lucros líquidos verificados em balanço anual serão retirados:

a) 5% (cinco) para constituição do fundo de reserva legal até o limite de 20% (vinte) do capital social;

b) uma percentagem a critério da assembleia geral, como gratificação a diretoria, com observância do art. 134, do diploma legal e que será pago ou creditado no ano seguinte do exercício;

c) a critério da assembleia geral poderá ser ainda deduzido do lucro líquido até o máximo de 20% (vinte) anualmente, importância essa que constará de uma conta especial e destina-se ao reforço do capital para atender a evolução natural da Sociedade.

Art. 16 — A Sociedade pagará juros de acordo com a lei em vigor aos acionistas que nela possuam dinheiro em conta corrente.

CAPÍTULO SÉTIMO

Da liquidação

Art. 17 — A Sociedade entrará em liquidação em casos previstos em lei.

Parágrafo único — A assembleia geral extraordinária, convocada para o fim especial de liquidação, estabelecerá o modo pelo qual deverá ela ser feita, nomeará os liquidantes e o conselho fiscal, estabelecendo a sua remuneração e determinando o prazo do mandato dos liquidantes e seus fiadores.

CAPÍTULO OITAVO

Disposições transitórias

Art. 18 — O mandato dos primeiros diretores eleitos e nomeados nos termos do presente Estatuto, expirará na data da realização da assembleia geral ordinária de 1963. A diretoria ficará assim constituída:

Waldemar Bornhausen, brasileiro, casado, industrial, residente e domiciliado nesta cidade de Itajaí, neste Estado, para diretor-presidente;

Orlando Pacheco, brasileiro, casado, contador, residente e domiciliado nesta cidade de Itajaí, para diretor-comercial;

Dr. Admar Bornhausen, brasileiro, casado, engenheiro industrial, residente e domiciliado na cidade de Rio do Sul, neste Estado, para diretor-gerente;

Dr. Antônio Carlos Werner, brasileiro, solteiro, engenheiro civil, residente e domiciliado nesta cidade de Itajaí, neste Estado, para diretor-técnico responsável.

Itajaí,
Waldemar Bornhausen
Admar Bornhausen
Maria Luiza Soares Bornhausen
Orlando Pacheco
Antônio Carlos Werner
Alfredo Krick
Maria da Conceição Serpa Bornhausen.
Reconheço as firmas supra devidamente numeradas de um (1) a sete (7), no que dou fé. Itajaí, 19 de julho de 1961. Em fé EK. da verdade. Eurico Krobek, tabelião.

Relação dos subscritores do capital social de Cr\$ 4.500.000,00 (quatro milhões e quinhentos mil cruzeiros), dividido em 900 (novecentas) ações ordinárias, do valor nominal de Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros) cada uma.

Nome — Nacionalidade — Estado civil — Profissão e residência — Numero de ações — Valor global — Valor realizado

Dr. Antônio Carlos Werner, brasileiro, solteiro, engenheiro civil, residente e domiciliado nesta cidade de Itajaí — 299 — Cr\$ 1.495.000,00 — Cr\$ 919.000,00.

Admar Bornhausen, brasileira, casado, engenheiro industrial, residente e domiciliado na cidade de Rio do Sul — 280 — Cr\$ 1.400.000,00 — Cr\$ 1.400.000,00.

Waldemar Bornhausen, brasileira, ca-

so, industrial, residente e domiciliado nesta cidade de Itajaí — 240 — Cr\$ 1.200.000,00 — Cr\$ 1.200.000,00.

Orlando Pacheco, brasileiro, casado, contador, residente e domiciliado nesta cidade de Itajaí — 50 — Cr\$ 250.000,00 — Cr\$ 50.000,00.

Maria Luiza Soares Bornhausen, brasileira, casada, doméstica, residente e domiciliada na cidade de Rio do Sul — 20 — Cr\$ 100.000,00 — Cr\$ 20.000,00.

Maria da Conceição Serpa Bornhausen, brasileira, casada, doméstica, residente e domiciliada nesta cidade de Itajaí — 10 — Cr\$ 50.000,00 — Cr\$ 10.000,00.

Alfredo Krick, brasileira, casado, comerciante, residente e domiciliado, na cidade de Rio do Sul — 1 — Cr\$ 5.000,00 — Cr\$ 1.000,00.

Itajaí,
Waldemar Bornhausen
Admar Bornhausen
Maria Luiza Soares Bornhausen
Orlando Pacheco
Antônio Carlos Werner.
Alfredo Krick
Maria da Conceição Serpa Bornhausen.

Laudo de avaliação de bens oferecidos para integralização de capital da Sociedade "Pavimentadora Catarinense S

A. — (PAVESC) em organização
Nós abaixo-assinados, nomeados pela assembleia geral de subscritores da Sociedade "Pavimentadora Catarinense S. A. — (PAVESC), em organização, para peritos avaliadores dos bens que os subscritores srs. Waldemar Bornhausen, dr. Admar Bornhausen e dr. Antônio Carlos Werner, pretendem constituir como parte de seu capital subscrito em cumprimento da incumbência que nos foi confiada, procedemos a todas as diligências que o caso exigia, examinando os documentos que nos foram apresentados consultando os preços correntes a cerca de bens de igual natureza, concluímos, pelo que nos parece justo, que os bens em questão podem assim ser avaliados:

I — Bens de Waldemar Bornhausen: Um trator marca "International" com lâmina "Bulldozer" — Cr\$ 1.200.000,00.

II — Bens de Admar Bornhausen: Uma moto-niveladora marca "Waco" — Cr\$ 1.400.000,00.

III — Bens de Antônio Carlos Werner: Uma betoneira motorizada — Cr\$ 200.000,00.

Uma bate-estacas motorizada — Cr\$ 100.000,00.

Uma caminhoneta marca "Ford" F-6 modelo 1959 pick-up — Cr\$ 600.000,00. — Cr\$ 900.000,00.

E como nada mais tivéssemos a fazer, e dessemos por cumprida a missão que nos fora confiada, lavramos o presente laudo, que vai por nós datado e assinado.

Itajaí, 16 de julho de 1961.
Ney Trindade
Reimar Hoffmann
Francisco Cavalcanti.

Reconheço as firmas supra devidamente numeradas de um (1) a três (3), do que dou fé. Itajaí, 19 de julho de 1961. Em fé EK. da verdade. Eurico Krobek, tabelião

Regs. sob n. 25.416 a fl. no livro n. 12 X do Registro Público do Comércio, por despacho da Junta em sessão de hoje. Pagou na 1ª via Cr\$ de selos federais e Cr\$ 2.002,00 estaduais por estampilhas.

Secretaria da Junta Comercial de Santa Catarina, em Florianópolis, 3 de agosto de 1961.

Pelo secretário: Olírio Cruz.

A primeira via é de igual teor e fica arquivada na secretaria da Junta Comercial do Estado, em Florianópolis, 3 de agosto de 1961.

Olírio Cruz, pelo secretário.

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO

Certifico em virtude do despacho do sr. Presidente da Junta Comercial, exarado no requerimento sob número dois mil, quatrocentos e sete (2.407), datado de três (3) de agosto do corrente ano, do senhor Waldemar Bornhausen, de passagem por esta Capital, que dos documentos registrados e arquivados nesta Junta Comercial do Estado, consta a ata da assembleia geral de Constituição da firma "Pavimentadora Catarinense S. A. (PAVESC), com sede na cidade de Itajaí, neste Estado, realizada no dia dezessete (16) de julho do ano de mil novecentos e sessenta e um (1961), com o capital de Cr\$ 4.500.000,00 (quatro milhões e quinhentos mil cruzeiros), registrado nesta Junta sob número vinte e cinco mil, quatrocentos e dezessete (25.416), em sessão de três (3) de agosto do ano de mil novecentos e sessenta e um (1961), da qual consta: a) Estatutos Sociais; b) relação dos subscritores do capital social, com seus nomes, nacionalidade, estado civil, profissão, residência, número de ações, valor global e valor realizado; c) Laudo de Avaliação; d) recibo do depósito feito no Banco Indústria e Comércio de Santa Catarina S. A. (INCO), na importância de Cr\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros); e) guia de recolhimento, na qual certifica que a referida sociedade anônima, recebeu a Alfandega de Itajaí, em data de dezessete (16) de julho de 1961, a importância de Cr\$ 36.000,00 (trinta e seis mil cruzeiros) de selos por verba, referente ao capital social. Os atos de constituição da referida sociedade anônima, foram arquivados de acordo com o artigo 54º do decreto-lei número dois mil seiscentos e vinte sete (2.627) de vinte e seis (26) de setembro de mil novecentos e quarenta e um (1940). É o que há com relação ao pedido do suplicante, pelo que, eu, Olírio Cruz, ajudante do secretário da Junta Comercial do Estado, no impedimento do mesmo, mandei datilografar a presente certidão, que conferi subscrevi e assino aos quatro (4) dias do mês de agosto do ano de mil novecentos e sessenta e um (1961).

Secretaria da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina, em Florianópolis, 4 de agosto de 1961.

Olírio Cruz, pelo secretário.

"INDUMA" INDÚSTRIA DE MADEIRAS S. A.

Ata da assembleia geral ordinária

Aos vinte e oito dias do mês de abril de 1961, na sede social, nesta cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina, pelas 9 horas, reuniram-se em assembleia geral ordinária em virtude de convocação anunciada no "Diário Oficial", deste Estado, edições números 6.766, 6.767 e 6.768 de 16, 17 e 20 de março do corrente ano e bem assim no jornal local, "A Nação", edições números 224, 225 e 226 de 12, 14 e 15 de março deste ano, respectivamente, os acionistas abaixo-assinados, representando a totalidade das ações desta sociedade, conforme faz certo o livro de presença, que foi devidamente assinado, depois de conferidas as ações de que cada acionista era portador. Assumindo a presidência o diretor, sr. Germano Purnhagen, depois de convidar a mim, Mauro Luiz Kreibich, para servir de secretário, declarou aberta a sessão, solicitando que se procedesse a leitura do edital de convocação, publicado nos jornais acima referidos, edital esse que é concebido nos seguintes termos: Indústria de Madeiras S. A. Assembleia geral ordinária. São convidados os srs. acionistas desta sociedade, para a assembleia geral ordinária, a realizar-se

no escritório central da firma, à rua dr. Amadeu Luz, 241, nesta cidade, às 9 horas do dia 28 de abril p. vinda, a fim de deliberarem sobre a seguinte: Ordem do dia. 1º) Apresentação, discussão e aprovação do relatório da diretoria, balanço geral e demais documentos de contas do exercício de 1960. 2º) Eleição do conselho fiscal e seus suplentes para o exercício de 1961. 3º) Assuntos diversos de interesse da sociedade. Aviso. Achem-se à disposição dos srs. acionistas, no escritório central da sociedade, os documentos a que se refere o art. 99, do decreto-lei n. 2.627, de 26 de setembro de 1940. Blumenau, 11 de março de 1961. Germano Purnhagen, diretor. Fina a leitura do edital acima transcrito bem como dos demais documentos referentes ao exercício de 1960, o sr. presidente em cumprimento ao primeiro ponto da ordem do dia, pôs em discussão o balanço, a demonstração de lucros e perdas, relatório da diretoria e parecer do conselho fiscal. Após amplamente discutidos foram os mesmos aprovados por unanimidade de votos, abstenção de votar os acionistas legítimos impedidos. Passando-se ao segundo ponto da ordem do dia, o sr. presidente recomendou que se procedesse a eleição do conselho fiscal para o corrente ano. Pedindo e obtendo a palavra o acionista, sr. Carlos Heinz Purnhagen propôs a reeleição do conselho fiscal composto dos seguintes srs. dr. Martinho C. da Veiga, Max Kreibich e João D. Müller, membros efetivos e srs. João Mosimann, Adolfo Wolstein e Augusto J. de Souza Filho, membros suplentes, com a mesma remuneração do ano anterior. Submetida a proposta a votação foi a mesma aprovada por unanimidade, abstenção de votar os acionistas impedidos por lei. Passando-se ao terceiro ponto da ordem do dia, o sr. presidente, facultou a palavra a quem dela quisesse fazer uso. Com a palavra o acionista, sr. Mauro Luiz Kreibich, propôs a majoração dos vencimentos do diretor, sr. Germano Purnhagen em Cr\$ 18.000,00 (dezoito mil cruzeiros) mensais, a partir de 1-1-1961, em vista de sua brilhante atuação na administração desta sociedade. Submetida a proposta acima a votação foi ela aprovada por unanimidade de votos, abstenção de votar o interessado. Como mais nenhum dos presentes quisesse fazer uso da palavra e, estando devidamente discutidos todos os assuntos da ordem do dia, o sr. presidente declarou encerrada a sessão, de que para constar, eu, Mauro Luiz Kreibich, servindo de secretário laval a presente ata que subscrevo e também assino juntamente com os demais acionistas presentes. Germano Purnhagen, presidente, Mauro Luiz Kreibich, secretário, Ruth Purnhagen, Carlos H. W. Purnhagen, Horst G. Purnhagen, Germano E. Purnhagen, Gerold Purnhagen, Mauro Luiz Kreibich. É cópia fiel e autêntica extraída do livro de atas das assembleias gerais da Indústria de Madeiras S. A., lavrada às fôlhas 10, 10v, e 11, por mim, Mauro Luiz Kreibich, servindo de secretário, que a datilografar e também assino. Blumenau, 28 de abril de 1961. Mauro Luiz Kreibich, secretário.

N. 16.035 — Conferida e arquivada por despacho da Junta Comercial em sessão de hoje.

Secretaria da Junta Comercial de Santa Catarina, em Florianópolis, 3 de agosto de 1961

Pelo secretário: Olírio Cruz.

A primeira via é de igual teor e fica arquivada na Secretaria da Junta Comercial do Estado, em Florianópolis, 3 de agosto de 1961.

Olírio Cruz, pelo secretário.

COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES DOUAT S. A.

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Senhores acionistas:

Consoante o que preceituam as disposições legais e estatutárias, submetemos à vossa apreciação o "Balanco geral", e a demonstração de "Lucros e perdas", incluso o "Parecer do conselho fiscal" e referente ao exercício encerrado em 30 de junho de 1961. Os valores integrantes dos documentos em questão, espelham perfeita e claramente a situação desta sociedade. Permanecemos, no entanto, à disposição dos senhores acionistas para qualquer esclarecimento que porventura venham a se tornar necessários.

Joinville, 2 de agosto de 1961.

José Henrique Carneiro de Loyola, diretor-superintendente.
Pedro Paulo Hings Colin, diretor vice-presidente.

BALANÇO GERAL ENCERRADO EM 30 DE JUNHO DE 1961

A T I V O

Disponível		
Caixa	150.411,10	
Bancos conta disponível	326.894,00	
Bancos conta vinculada	106.662,60	583.967,70
Realizável		
Mercadorias — Inventário	9.110.972,60	
Devedores p/notas parciais	76.368,60	
Devedores por duplicatas	19.171.514,50	
Valores a receber	930.000,00	
Capital a realizar	4.689.000,00	
Contas correntes	1.201.573,70	
Depósitos e cauções	50.000,00	
Empr. compulsório lei n. 1.474	77.244,40	35.307.173,80
Patrimônio		
Terrenos e edificações	50.000,00	
Equipamentos de escritório	354.987,40	
Veículos	1.859.037,20	
Instalações	112.124,30	
Participações em outras Clas.	61.600,00	
Instalações Filial Joinville	117.264,40	
Instalações oficina	648.475,50	
Instalações Filial Jaraguá	36.933,60	
Veículos Filial Jaraguá	165.600,00	3.406.022,40
Contas de compensação		
Ações caucionadas	60.000,00	
Outras contas	6.503.261,00	6.563.261,00
Total ativo	Cr\$ 45.860.424,90	

P A S S I V O

Não exigível		
Capital	5.000.000,00	
Aumento de capital	5.000.000,00	
Fundo de reserva legal	77.566,30	
Fundo de reserva especial	18.433,90	
Fundo de depreciação	1.084.011,80	
Lucros suspensos	121.460,90	11.301.472,90
Exigível		
Fornecedores	16.524.094,50	
Títulos descontados	3.926.020,30	
Bancos conta garantida	2.332.841,70	
Contas correntes	4.089.217,00	
Saldo à disposição da assembléia geral	1.123.517,50	27.995.691,00
Contas de compensação		
Caução da diretoria	60.000,00	
Outras contas	6.503.261,00	6.563.261,00
Total passivo	Cr\$ 45.860.424,90	

Soma o presente balanço em quarenta e cinco milhões, oitocentos e sessenta mil quatrocentos e vinte e quatro cruzeiros e noventa centavos.

Joinville, 30 de junho de 1961.

Pedro Paulo Hings Colin, diretor vice-presidente.
José Henrique Carneiro de Loyola, diretor-superintendente.
Marcos Geisler, téc. em cont. reg. no CRC — SC, n. 1.257.

O presente balanço, foi transcrito às fls. 16/18, do diário reg. sob n. 4.681, às fls. 294, do livro n. 11.

DEMONSTRAÇÃO DA CONTA LUCROS E PERDAS EM 30 DE JUNHO DE 1961

D É B I T O	
Despesas administrativas sociais, fiscais financeiras e gerais	15.470.646,20
Depreciação de 20% s/veículos	404.924,40
Depreciação de 10% s/utensílios	85.932,50
Contas perdidas	217.401,70
Fundo de reserva legal	59.132,50
Saldo à disposição da assembléia geral	1.123.517,50
	Cr\$ 17.361.563,80

C R É D I T O

Mercadorias inventariadas nesta data	9.110.972,60
Resultados sobre vendas	6.805.585,70
Rendas diversas	1.235.073,70
Fundo de provisão p/devedores duvidosos (reversão)	209.931,80
	Cr\$ 17.361.563,80

Joinville, 30 de junho de 1961.

Pedro Paulo Hings Colin, diretor vice-presidente.
José Henrique Carneiro de Loyola, diretor-superintendente.
Marcos Geisler, téc. em cont. reg. no CRC — SC, n. 1.257.

Transcrito às fls. ns. 13/16, no diário registrado sob n. 4.681, às fls. 294, do livro n. 11.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do conselho fiscal da Comércio e Representações Douat S/A., abaixo-assinados, tendo procedido o exame do balanço geral e de toda a escrituração e documentos desta sociedade referente ao exercício encerrado em 30 de junho de 1961, encontraram tudo na mais perfeita ordem e exatidão, pelo que sao de parecer que os mesmos devem ser aprovados pelos senhores acionistas.

Joinville, 31 de julho de 1961.

Dr. Nilson Wilson Bender
E'naní Lopes
Leonardo Mienert (3245)

—X—

DIVEMA S. A. DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS E MÁQUINAS

Ata da assembléia dos subscritores para nomeação de peritos

Aos vinte e dois (22) dias do mês de julho do ano de mil novecentos e sessenta e um (1961), em primeira convocação, às nove (9) horas, no prédio n. 57 da rua Lauro Müller, desta cidade de Tubarão, Estado de Santa Catarina, Brasil, subscritores do capital da Divema S. A. Distribuidora de Veículos e Máquinas — em organização — que representavam mais de dois terços (2/3) do mesmo capital, conforme se verificou de suas assinaturas na lista de presença, conferida esta com o boletim de subscrição, foi indicado o fundador Milton Nicolazzi para presidir a assembléia o qual convidou o subscritor Irineu Alano de Souza para secretário. Constituída assim a mesa o presidente declarou instalada a assembléia por haver número legal. Procedeu-se à leitura por mim secretário do anúncio de convocação desta assembléia, publicado nos dias 15, 16 e 18 do corrente mês, no jornal "O Estado" de que se edita na Capital do Estado e nas edições de 14, 17 e 18, também do corrente mês e ano, do "Diário Oficial" do Estado, anúncio que é de seguinte teor: "Divema S. A. Distribuidora de Veículos e Máquinas — Em organização — Os abaixo-assinados, na qualidade de fundadores da Divema S. A. Distribuidora de Veículos e Máquinas, tendo sido integralmente subscrito o capital da mesma companhia, convidam os demais subscritores para se reunirem, no dia 22 de julho de 1961, às nove horas, nesta cidade, à rua Lauro Müller, n. 57, a fim de nomearem os peritos que deverão ser incorporados à companhia, Tubarão, 12 de julho de 1961. Santa Fé, Comércio e Indústria Ltda. — Manoel do Nascimento Bittencourt, sócio-gerente — Milton Nicolazzi — José Maria Corbetta e dr. Célio Figueiredo Medeiros. Em seguida o presidente convidou

os srs. subscritores a depositarem na urna as cédulas contendo os nomes dos três peritos, devendo abster-se de votar os fundadores, proprietários e subscritores do bem a ser avaliado, o que foi observado. Finda a votação e apurados os votos, verificou-se quem sido escolhidos, por unanimidade para peritos: Aggeu da Silva Medeiros, brasileiro, casado, comerciante residente e domiciliado nesta cidade; Sebastião J. Barbosa, brasileiro, casado, comerciante, também residente nesta cidade; e, Sílvio Silva, nacional, casado, comerciante, também residente e domiciliado em Tubarão. O presidente declarou que iria tomar todas as providências necessárias para a realização da pericia. Suspensa a sessão pelo tempo indispensável à lavatura desta ata, por mim secretário, em quatro (4) exemplares datilografados, reaberta a sessão foi a mesma ata lida, aprovada e vai ser assinada por todos os subscritores presente.

Tubarão (SC), em 22 de julho de 1961.

Irineu Alano de Souza, secretário.
Milton Nicolazzi, presidente.
Manoel do Nascimento Bittencourt, sócio-gerente.
dr. Célio Figueiredo Medeiros, José Maria Corbetta, Paulo da Silva Medeiros, João Batista Isé.

N. 16.039 — Conferida e arquivada por despacho da Junta Comercial, em sessão de hoje, Secretaria da Junta Comercial, de Santa Catarina, em Florianópolis, 27 de julho de 1961.

Olívio Cruz, pelo secretário.

A primeira via é de igual teor e fica arquivada na secretaria da Junta Comercial do Estado em Florianópolis, 27 de julho de 1961.

Olívio Cruz, pelo secretário.

(3.258)

DIÁRIO DA JUSTIÇA

ESTADO DE SANTA CATARINA

ANO VI

Florianópolis, 9 de agosto de 1961

NÚMERO 1.344

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Edital n. 101

Faço público que, na sessão da Câmara Criminal, desta data, foram distribuídos os seguintes feitos:

Apelação criminal n. 9.472, de Curitiba, apelante Henrique Alves de Lima e apelada a Justiça, por seu promotor. Relator o exmo. sr. des. Ferreira Bastos.

Recurso criminal n. 5.895, de Araranguá, recorrente Lindonor Luiz de Freitas e recorrida a Justiça, por seu promotor. Relator o exmo. sr. des. Hercílio Medeiros.

Apelação criminal n. 9.473, de Florianópolis, apelantes e apelados a Justiça, por seu promotor e Nilton Berger. Relator o exmo. sr. des. Hercílio Medeiros.

Secretaria do Tribunal de Justiça, em Florianópolis, aos 4 de agosto de 1961.

Victória Fernandes Arantes, chefe da Seção Criminal, secretário.

Edital n. 2.348

Aos três dias do mês de agosto do ano de mil novecentos e sessenta e um, em sessão da Primeira Câmara Civil, para publicação, foram apresentados os seguintes acordãos:

Agravo de instrumento n. 147, de Blumenau; relator o exmo. sr. des. Euclydes de Cerqueira Cintra. Agravo de Jaekle & Cia. Agravado, Paulo Celso Flores: "unanimemente, conhecer do agravo e negar-lhe provimento. Custas pela agravante".

Apelação Civil n. 4.974, de Urussanga; relator o exmo. sr. des. Euclydes de Cerqueira Cintra. Apelantes, João Brogni e sua mulher. Apelados, Adelino Abatti Moretti e sua mulher: "unanimemente, conhecer do recurso e negar-lhe provimento para confirmar a sentença, por sua conclusão. Custas pelos apelantes".

Apelação Civil n. 4.986, de Concórdia; relator o exmo. sr. des. Osmundo Wanderley da Nóbrega. Apelante, Honório Sabino Sganderla. Apelados, Nelson Fontana e outros: "por unanimidade de votos, conhecer da apelação e do agravo no auto do processo, para negar provimento ao primeiro e dar provimento, em parte, à apelação a fim de excluir da condenação a verba relativa aos honorários de advogado. Custas em proporção".

Apelação civil n. 5.033, de Florianópolis; relator o exmo. sr. des. Euclydes de Cerqueira Cintra. Apelante, Castro & Vieira Ltda. Apelada, Machado & Cia, S. A., Comércio e Agências: "unanimemente, conhecer do recurso e negar-lhe provimento para confirmar a sentença apelada. Custas pela apelante".

Oswaldo Fernandes, escrivão.

Edital n. 2.349

Aos quatro dias do mês de agosto do ano de mil novecentos e sessenta e um, em sessão da Câmara Criminal, para publicação, foram apresentados os seguintes acordãos:

Apelação criminal n. 9.459, de São Miguel do Oeste; relator o exmo. sr. des. Maurillo da Costa

Coimbra. Apelante, a Justiça, por seu promotor. Apelado, Mariz Vaz: "por unanimidade de votos, conhecer do recurso e dar-lhe provimento, para anular o julgamento do réu e determinar que a novo seja submetido. Custas afinal".

Apelação criminal n. 9.462, de Itirama, relator o exmo. sr. des. Maurillo da Costa Coimbra, Apelantes, a Justiça, por seu promotor e Raul Silva. Apelado, Carl Herbert Laun: "por unanimidade de votos, conhecer dos recursos e dar-lhes provimento, para anular o processo ab-initio e determinar a baixa dos autos à comarca de origem, a fim de que o dr. promotor público proceda como de direito. Custas afinal".

Oswaldo Fernandes, escrivão.

2ª CÂMARA CIVIL

EDITAL N. 4.693

Pauta de julgamento

De ordem do exmo. sr. des. presidente da 2ª Câmara Civil, tomo público que, de acordo com o § 4º do artigo 874 do Código de Processo Civil, serão julgados no dia 14 do corrente os seguintes processos:

Apelação de despeite n. 1.819, de Blumenau, apelante o dr. Juiz de Direito da 1ª Vara e apelados Lauro Edílio da Silva e sua mulher. Relator o sr. des. Vitor Lima, revisores os srs. des. Patrocínio Gallotti e Ary Pereira Oliveira.

Apelação de despeite n. 1.817, de Brusque, apelante o dr. Juiz de Direito e apelados Etiene Campos e sua mulher. Relator o sr. des. Ary Pereira Oliveira, revisores os srs. des. Vitor Lima e Patrocínio Gallotti.

Apelação civil n. 4.087, de Florianópolis, apelantes Companhia de Seguros Minas Brasil e outros e apelado João da Maia. Relator o sr. des. Patrocínio Gallotti e revisores os srs. des. Arno Hoeschl e Vitor Lima.

Apelação civil n. 4.356, de Joaçaba, apelante Eduardo Dellatorre e apelado Attavante Basso. Relator o sr. des. Patrocínio Gallotti, revisores os srs. des. Ary Pereira Oliveira e Vitor Lima.

Apelação civil n. 4.358, de Jaraguá do Sul, apelante o espólio de Herinrich August Lessmann e apelada Indústria e Comércio H. Stoerber & Cia. Ltda. Relator o sr. des. Patrocínio Gallotti, revisores os srs. des. Ary Pereira Oliveira e Vitor Lima.

Apelação civil n. 4.366, de Tijuca, apelante José Tomio e apelado Jacinto José Dias. Relator o sr. des. Patrocínio Gallotti, revisores os srs. des. Ary Pereira Oliveira e Vitor Lima.

Apelação civil n. 4.373, de Joaçaba, apelantes Guerino Bonamigo e José Neth e apelado Francisco Alberto Sartori. Relator o sr. des. Patrocínio Gallotti, revisores os srs. des. Ary Pereira Oliveira e Vitor Lima.

Apelação civil n. 4.414, de Tubarão, apelantes Izidório Egídio Goulart e sua mulher e apelada Luiza Marciana Goulart. Relator o sr. des. Patrocínio Gallotti, revisores os srs. des. Ary Pereira Oliveira e Osmundo Nóbrega.

Apelação civil n. 4.478, de Curitiba, apelante Langer & Kobilanski e apelada Willy Heine & Cia. Relator o sr. des. Patrocínio Gallotti, revisores os srs. des. Ary Pereira Oliveira e Vitor Lima.

Apelação civil n. 4.482, de Campos Novos, apelante Ernesto Paolin Tormen e apelado José Orlando Pinto. Relator o sr. des. Patrocínio Gallotti, revisores os srs. des. Ary Pereira Oliveira e Vitor Lima.

Apelação civil n. 4.971, de Lajes, apelante Raul Goelzer Engelsing e apelado Manoel Livinio Antunes. Relator o sr. des. Vitor Lima, revisores os srs. des. Patrocínio Gallotti e Ary Pereira Oliveira.

Apelação civil n. 4.927, de Blumenau, apelante Rudoifo Klotz e apelada The Yorkshire Insurance Company Limited. Relator o sr. des. Ary Pereira Oliveira, revisores os srs. des. Vitor Lima e Patrocínio Gallotti.

Secretaria do Tribunal de Justiça, em Florianópolis, aos 4 de agosto de 1961.

Adir Caldeira, secretário da Câmara.

(16987)

CONCURSO PARA O CARGO DE JUIZ SUBSTITUTO

Edital n. 19/61

De ordem do exmo. sr. desembargador presidente da Comissão Examinadora do concurso para o cargo de juiz substituto, faço público, para os fins do recurso previsto no art. 18 das "Normas do Concurso", que a referida comissão resolveu indeferir os requerimentos dos candidatos drs Antonio da Silveira Pereira Rosa, por não haver satisfeito a prova de nenhum dos requisitos exigidos pela lei. Mário Ferreira Paes, por haver satisfeito apenas a prova de parte daqueles requisitos, José Bonifácio da Silva, por não haver completado a prova de prática forense, Domingos Petrone, por não ter sido julgado satisfatória a prova de idoneidade moral e não haver satisfeito a de ter votado na última eleição, e Aquiles Garcia, por tramitar, na Ordem dos Advogados, Seção deste Estado, representação formulada pelo Tribunal de Justiça, através do ofício n. 423, de 25 de outubro de 1960, ainda não julgada pelo conselho, o que torna, pelo menos por enquanto, não satisfatória, a prova da idoneidade moral. Florianópolis, 3 de agosto de 1961.

Tia Soares de Oliveira, secretário do concurso.

Voto: Hercílio João da Silva Medeiros, presidente.

Edital n. 20/61

O desembargador Hercílio João da Silva Medeiros, presidente da Comissão Examinadora do Concurso para o cargo de juiz substituto:

Faz saber aos que o presente edital virem e a quem interessar possa, que de acordo com as normas estabelecidas no edital n. 13/61, publicada no "Diário Oficial" do Estado de 15 de maio de 1961, a comissão em sua reunião de 1º de agosto do corrente ano, aprovou os seguintes pontos para as provas escrita e oral:

Direito Civil: 1) — a) Pessoa física: quando começa a personalidade das pessoas físicas. Dos incapazes. Inscrição das pessoas físicas. Divisão das pessoas físicas e jurídicas. Sub-divisão das pessoas jurídicas. (Cód. Civil, arts.

2 a 17); b) Registro das pessoas jurídicas. Sociedade ou associações civis, sua constituição e extinção (id., arts. 18 a 23). c) Domicílio. Unidade e pluralidade do domicílio (id., arts. 5 a 42). 2) — a) Bens imóveis (id., arts. 43 a 48). b) aquisição da propriedade imóvel por parte de transcrição do título (arts. 531 a 535). c) aquisição da propriedade imóvel por meio de usucapião (id., arts. 550 a 553). 3) — a) Do dolo e da coação (arts. 92 a 101). b) da simulação e da fraude contra credores (id., arts. 102 a 113). c) da prova dos atos jurídicos (arts. 129 a 144). 4) — a) Parentesco e filiação legítima (id., arts. 330 a 351) b) legitimação e reconhecimento dos filhos ilegítimos (id., arts. 352 a 367); c) adoção (arts. 368 a 378). 5) — a) Hipoteca, em que consiste, como se contrata (arts. 809 a 826); b) hipoteca legal. Inscrição da hipoteca (id., arts. 827 a 848); c) concurso de credores (id., arts. 1.554 a 1.571).

Direito Penal: 1) Autoria. Co-autoria certa e incerta. Mandato criminal. 2) Tentativa. Tentativa impossível. Resipiscência do agente. 3) Justificativas e dirimentos. Medidas de segurança. 4) Do crime contra a pessoa. 5) Do crime contra o patrimônio.

Direito judiciário civil: 1) Código de Processo Civil, livro I, tit. III, do prazos, judiciais (arts. 20 a 38). 2) C. P. C. livro I, tit. VIII, das partes e dos procuradores (arts. 80 a 117). 3) C. P. C., livro I, tit. X, competência (arts. 133 a 152). 4) C. P. C., livro II, tit. III, das citações, notificações e intimações (arts. 161 a 179). 5) C. P. C. livro VII, tit. IV, dos agravos (arts. 841 a 852).

Direito público constitucional: 1) O Poder Legislativo da União e nos Estados. Das leis e resoluções. Da elaboração orçamentária (arts. 37 a 77). 2) Do presidente e vice-presidente da República. Da responsabilidade do Presidente da República. Dos Ministros de Estado (arts. 78 a 93). 3) Poder Judiciário. Supremo Tribunal Federal. Da Justiça dos Estados, do Distrito Federal (arts. 94 a 124). 4) Quem é considerado brasileiro. Quando perde a nacionalidade o brasileiro. Quando suspendem-se e perdem-se os direitos políticos (arts. 129 a 140). 5) Direitos e garantias individuais (arts. 141 a 144).

Direito Comercial: 1) Capacidade jurídica comercial das pessoas. 2) Compra e venda mercantil. 3) Penhor Mercantil. 4) Dissolução das sociedades comerciais. 5) Circulação da letra de câmbio.

A prova escrita terá lugar no próximo dia 17 do corrente, às 9 horas, na Biblioteca do Tribunal, e no dia 22, também do corrente, por ser 19 sábado, 20, domingo e ter no dia 21, o desembargador José do Patrocínio Gallotti, de participar dos trabalhos da 2ª Câmara Civil, da qual é presidente, às 8 horas, na sala das sessões, local, para a realização das provas orais.

Dado e passado nesta cidade de Florianópolis, aos três dias do mês de agosto de 1961. Eu, Ilka Soares de Oliveira, oficial judiciário, e secretário do concurso, a lavrei.

Hercílio João da Silva Medeiros, presidente.

EXPEDIENTE DA SECRETARIA

Térmo da 353ª Audiência de Distribuição realizada em 4-8-1961. Presidência do excelentíssimo senhor desembargador Arno Pedro Hoeschl vice-presidente do Tribunal

de Justiça. Escrivão: Paulo Gonzaga Martins da Silva, secretário do Tribunal de Justiça.

Aos quatro dias do mês de agosto do ano de mil novecentos e sessenta e um, nesta cidade de Florianópolis, Capital do Estado de Santa Catarina, na sala dos desembargadores, no Tribunal de Justiça, onde se achava o excelentíssimo senhor desembargador Arno Pedro Hoeschl, vice-presidente do Tribunal de Justiça, comigo secretário, servindo de escrivão, que este subscrevo, foi pelo mesmo excelentíssimo senhor desembargador, ordenado que se abrisse a audiência, a fim de serem distribuídos, mediante sorteio, processos que lhe foram apresentados, o que foi cumprido.

Aberta a audiência foram distribuídos os seguintes feitos:

Agravo de petição:

2ª. Câmara: — n. 440.

Apelações cíveis:

1ª. Câmara: ns. 5.056 — 5.060 — 5.057.

2ª. Câmara: ns. 5.059 — 5.055 — 5.058.

Nada mais ocorreu pelo que, eu, Paulo Gonzaga Martins da Silva, secretário, lavrei o presente termo que vai assinado pelo mesmo excelentíssimo senhor desembargador Arno Pedro Hoeschl, vice-presidente do Tribunal de Justiça, Florianópolis, 4 de agosto de 1961. (Ass.) Arno Pedro Hoeschl, Secretário do Tribunal de Justiça, em 4 de agosto de 1961.

Paulo Gonzaga Martins da Silva, secretário.

(16988)

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL

Pauta para a sessão do dia 11 de agosto de 1961

Processo n. 605 — Classe 7ª. — Pedido de registro do Diretório Municipal de Porto União. Requerente — Partido de Representação Popular.

Relator — Exmo. sr. dr. Ary Pereira Oliveira.

Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral, em Florianópolis, 7 de agosto de 1961.

Márcio Luiz Guimarães Collaço, diretor Geral.

ORDEN DOS ADVOGADOS DO BRASIL

Seção de Santa Catarina

EDITAL N. 99/61

Para os fins de direito torna público que requereu inscrição provisória no Quadro de Advogados desta Seção, o bacharel Norberto Ulysses Ungaretti.

Qualquer membro da ordem ou interessado, poderá, documentadamente, representar contra o candidato à inscrição, dentro de cinco (5) dias úteis, contados da publicação do presente edital.

Florianópolis, 4 de agosto de 1961

Altamiro Silva Dias, secretário executivo (3223)

EDITAL N. 100/61

Para os devidos fins torna público que requereu inscrição secundária no quadro de Advogados desta Seção, o bacharel Jacinto Simões.

Qualquer membro da ordem ou interessado, poderá, documentadamente, representar contra o candidato à inscrição, dentro de cinco dias úteis, contados da publicação deste edital.

Florianópolis, 7 de agosto de 1961.

Altamiro Silva Dias, Secretário Executivo. (3261)

REGISTRO CIVIL

Edital

Faço saber que pretendem casar-se: Higinio José da Costa e Maura Borges, naturais deste Estado, solteiros, domiciliado se residentes nesta Capital. Ele, padeiro, nascido em Santo Antônio de Lisboa, filho de José Cândido da Costa e Maria José da Costa. Ela, doméstica, nascida nesta Capital, filha de João Borges e Maria Borges.

Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da lei.

Florianópolis, 1º de agosto de 1961.

Zulma Luz de Faria, pelo oficial. (3246)

Edital

Faço saber que pretendem casar-se: Floriano Elias Flores e Zilma Petry, naturais deste Estado, domiciliados e residentes neste subdistrito. Ele, solteiro, pedreiro, filho de Elias Ricardo Flores e Maria Bernardina Teixeira. Ela, solteira, doméstica, filha de Léo Petry e Cecília Ferreira Petry.

Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da lei.

Estreito, 26 de julho de 1961.

Odilina Bartolomeu Vieira, oficial. (16932)

Edital

Faço saber que pretendem casar-se: Manoel Pedro Honório Filho e Nélia Catarina de Jesus, solteiros, naturais deste Estado, domiciliados e residentes neste subdistrito. Ele, comerciante, filho de Manoel Pedro Honório e Etelvina Declinda Honório. Ela, doméstica, filha de Catarina Maria de Jesus.

Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da lei.

Trindade, 7 de agosto de 1961.

Anna Cardoso da Costa, pelo oficial. (16998)

Edital

Faço saber que pretendem casar-se: Wilmar Raymundo de Magalhães Silva e Ananeide Pinto, solteiros, naturais deste Estado, domiciliados e residentes neste subdistrito. Ele, sensorista, filho de João Magalhães Silva e Laura Raymundo da Silva. Ela, doméstica, filha de Osmar Monteiro Pinto e Maria do Carmo Pinto.

Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da lei.

Trindade, 4 de agosto de 1961.

Anna Cardoso da Costa, pelo oficial. (3250)

JUIZADO DO INTERIOR

JUIZO DE DIREITO DA COMARCA TIJUCAS

Edital de citação

O cidadão Carlos Ternes, juiz de

Paz, no exercício do cargo de juiz de direito da comarca de Tijucas, Estado de Santa Catarina, na forma da lei etc.

Faz saber a todos quantos o presente edital de citação, com o prazo de trinta dias, de interessados ausentes, incertos e desconhecidos, virem ou dele conhecimento tiverem, que por parte de João José Soares e outros, lhe foi dirigida a petição do teor seguinte: "Exmo. sr. dr. juiz de direito da comarca: João José da Silva, Quiliano João José da Silva e Valdir Soares, brasileiros, lavradores, casados, residentes no lugar "Pinheiral", município de São João Batista, desta comarca, querem mover a presente ação de usucapião em que expõem e requerem a v. excia., o seguinte: 1º — Os suplicantes são posseiros, há mais de 25 anos, por si e seu antecessor, dos seguintes lotes de terras: 1º lote — Um terreno rural situado no lugar Pinheiral, município de São João Batista, desta comarca, com 200 metros de frente e 1.200 ditos de fundos, ou sejam 240.000 metros quadrados, fazendo frente no Ribeirão do Tigre e fundos no Travessão Geral, extremado ao sul com quem de direito e ao norte em terras de herdeiros de Paulo Maykot. 2º lote — Outro terreno rural, situado no lugar Pinheiral, município de São João Batista, desta comarca, com 200 metros de frente e 1.200 ditos de fundos, ou sejam 240.000 metros quadrados, fazendo frente no Ribeirão do Tigre e fundos no Travessão Geral, extremado ao sul com quem de direito e ao norte em terras de herdeiros de Jorge Carmezim. 3º lote — Outro terreno rural, situado no lugar Pinheiral, município de São João Batista, desta comarca, com 200 metros de frente e 1.200 ditos de fundos, ou seja 240.000 metros quadrados, fazendo frente no Ribeirão do Tigre e fundos no Travessão Geral, extremado ao sul em terras de Gregório Stolarczek e ao norte em ditos de Nicolau David Lopes. 2º — Os referidos lotes de terra foram adquiridos, por compra em comum, do sr. André Maykot, há oito (8) meses, aproximadamente, e tanto a posse dos suplicantes, como a de seu antecessor, sempre foram pacífica, contínuas e ininterruptas e exercidas com animus-domini. 3º — Em vista do exposto querem os suplicantes regularizar a sua posse sobre os referidos imóveis, de conformidade com a lei federal n. 2.437, de 7 de março de 1955, que modificou o art. 550, do Código Civil e o art. 552, do mesmo Código. E, para o dito fim requerem a designação do dia e hora para a justificação a que se refere o art. 455, do Código de Processo Civil, na qual deverão ser ouvidas as testemunhas Estanislaw Rubik e Pedro Rubik, lavradores, residentes e domiciliados no local dos imóveis, os quais comparecerão independentemente de citação. Requerem mais que, depois da justificação, sejam feitas as citações do sr. delegado do Patrimônio da União, por precatória, em Florianópolis, do dr. representante do Ministério Público, nesta cidade, dos confrontantes dos imóveis Gregório Stolarczek e Nicolau David Lopes, residentes no local dos imóveis e dos interessados incertos e desconhecidos por editais de trinta (30) dias, de acordo com o disposto no art. 455, citado, devendo ser afinal, julgada procedente a ação para o reconhecimento do domínio dos suplicantes sobre os ditos imóveis. Dá-se a presente o valor de Cr\$ 6.000,00 para os efeitos legais. Protesta-se provar o alegado com testemunhas e vistoria, se necessário. O assistente que esta assina tem sua residência nesta cidade onde recebe citação. Nestes termos p. deferimento. Tijucas, 18 de julho de 1961. (Ass.) Cláudio

Caramuru de Campos". Em dita petição foi exarado o seguinte despacho: "A., como requerem. Designo o dia vinte e oito (28) do corrente, às quinze (15) horas, no Forum, para a justificação, feitas as devidas intimações. Tijucas, 24-7-1961. (Assinado) F. X. Medeiros Vieira, juiz substituído., em exercício". Feita a justificação, foi proferida a seguinte sentença: "Vistos, etc. Julgo por sentença, para que produza seus legais e jurídicos efeitos, a justificação procedida nestes autos a requerimento de João José da Silva, Quiliano João José da Silva e Valdir Soares. Citem-se, por mandado, os confrontantes conhecidos dos imóveis, por editais, com o prazo de trinta dias, na forma prevista no § 1º, do art. 455, do C. P. C., os interessados incertos e desconhecidos; pessoalmente, o dr. representante do Ministério Público nesta comarca; e, por precatória, a ser expedida para o Juízo de Direito da 1ª Vara da comarca de Florianópolis, o sr. delegado do Serviço do Patrimônio da União. Sem custas. P. R. I. Tijucas, 2 de agosto de 1961. (Ass.) Carlos Ternes, juiz de Paz, no exercício do cargo de juiz de direito". E, para que chegue ao conhecimento dos interessados e ninguém possa alegar ignorância, mandou expedir o presente edital, que será afixado na sede deste Juízo, no lugar do costume, e, por cópia, publicado uma vez no "Diário da Justiça", e três vezes no jornal "O Estado", de Florianópolis. Dado e passado nesta cidade de Tijucas aos três dias do mês de agosto do ano de mil novecentos e sessenta e um. Eu, (ass.) Gercy dos Anjos, escrivão, o datilografei, conferi e subscrevi. (Ass.) Carlos Ternes, juiz de Paz, no exercício do cargo de juiz de direito. Está conforme o original. Data supra. O escrivão: Gercy dos Anjos. (16938)

EDITAL

Gentil Bellani, Oficial do Registro de Imóveis da comarca de Chapecó, na forma da lei, etc.

Tomo público a quem interessar possa que em meu Cartório, de parte da firma Roman & Cia., com sede nesta cidade de Chapecó, foram depositados os títulos de propriedade de uma área de terras, parte do lote colonial n. 13, situado à Linha Taquarussú, Fazenda Campina de Gregório, no 1º distrito deste município de Chapecó, com a área superficial de 93.946 m2, confrontado: ao norte, com terras dos outorgantes; ao sul, com o terreno n. 14; ao leste, com terra; de Francisco Matoso; ao oeste, com terras ainda dos outorgantes, vendedores, área essa que pretendem lotear com a denominação de Bairro Nossa Senhora Aparecida, de acordo com o que determina o Decreto-lei Federal n. 58, de 10 de dezembro de 1937, que regulamenta as vendas de terrenos em prestações e a prazo. E para que o referido depósito de documentos seja do conhecimento de todos nos termos da lei em vigor, torna-o público através do presente edital, na conformidade e para os fins do art. 2º e seu parágrafo 2º, do Decreto-lei n. 3.079 de 15 de setembro de 1938.

Faz saber outrossim, que tendo o requerente apresentado os documentos exigidos, será feita a inscrição dentro do prazo de trinta dias, caso não haja impugnação de terceiros.

Chapecó, 24 de julho de 1961. Gentil Bellani, oficial de Registro de Imóveis. (3x3)